Demonstrações Contábeis

Alupar Investimento S.A.

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º. de janeiro de 2009

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

Índice

Relatório da administração 1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 18

Demonstrações Contábeis

Balanços patrimoniais 21
Demonstrações dos resultados e resultados abrangentes 23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 24
Demonstrações dos fluxos de caixa 25
Demonstrações do valor adicionado 26
Notas explicativas às demonstrações contábeis 27

Relatório da Administração

Aos Acionistas

A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhada do parecer dos auditores independentes.Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Alupar Investimento S.A., "Companhia ou Alupar", constituída em 27 de setembro de 2006, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infra-estrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infra-estrutura.

A Alupar foi constituída pela Cia Técnica de Engenharia Elétrica, com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura societária de seus negócios, passando a figurar como holding das investidas dedicadas à geração e transmissão de energia elétrica. Para isso, em 26 de setembro de 2007, procedeu a uma ampla reestruturação societária, que consistiu na transferência dos investimentos em empresas de geração e transmissão de energia elétrica para a Alupar.

Em 31 de dezembro de 2008, a Cia. Técnica de Engenharia Elétrica, controladora da Alupar, deliberou em Assembléia Geral Extraordinária, a apreciação e concomitante aprovação do Protocolo de Intenções e Justificação firmado em 30 de dezembro de 2008, acerca da sua incorporação pela Guarupart Participações Ltda.. Com a aprovação unânime do Protocolo, a Cia. Técnica foi declarada extinta sendo que a incorporadora Guarupart, na qualidade de sucessora da Cia. Técnica assumirá todos os direitos e obrigações da sociedade extinta nesta data.

Em 18 de setembro de 2009, os acionistas aprovaram em assembléia geral extraordinária um aumento do capital social, mediante a emissão de 29.243.000 novas ações ordinárias nominativas, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS. Com a integralização dos recursos, realizada em 28 de setembro de 2009, o FI-FGTS passou a deter 17,84% do capital social da Companhia.

Nesta data também foi firmado Acordo de Acionistas entre a Guarupart Participações Ltda. e o FI-FGTS, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia.

Durante o exercício de 2010, a Companhia efetuou a terceira emissão de debêntures públicas, visando à captação de recursos de R$150,0 milhões, com vencimento em longo prazo, para o resgate antecipado e liquidação integral da totalidade das debêntures da primeira emissão da Emissora em circulação, e ao reforço do capital de giro da mesma.

Foi concedido pelas agências internacionais de classificação de risco, Fitch Ratings e Moody's, após avaliação em 2010, as notas abaixo

Fitch Ratings: AA-(bra)
Moody's Investors Service: Aa2.br (Escala Nacional) / Ba1 (Escala Global)

A Alupar teve um ano de ascensão em 2010. Além do aumento na participação de algumas empresas (ETEP e EATE), em sua estrutura societária, foram acrescidas mais duas empresas, a UHE Ferreira Gomes, no Amapá, sua maior representante no setor de geração, e a subestação Várzea Grande, em Mato Grosso.

Direitos dos acionistas

Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

Ademais, aos acionistas é assegurado pelo Estatuto Social, o direito de receber com dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão desta, formada em exercícios anteriores.

Dentro do limite de capital autorizado pelo Estatuto Social, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Governança Corporativa

A Companhia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, que encontram-se refletidos em um Estatuto Social alinhado com os padrões de governança corporativa adotados pelas companhias abertas listadas nos níveis diferenciados da BM&F BOVESPA e na incorporação das práticas de boa governança no dia a dia da Companhia.

As principais práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia são:

- Capital social dividido somente em ações ordinárias;
- Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, a qual não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- Extensão para todos os acionistas detentores de ações ordinárias das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia de 100% deste valor para os detentores de ações preferenciais (*tag along*).
- Conselho de administração composto por 10 membros, sendo dois membros independentes.
- Existência de Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração e de Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas;
- Inexistência no Estatuto Social de mecanismos de proteção à tomada de controle (*poison pill*);
- previsão no Estatuto Social de instalação de Conselho Fiscal; e
- resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal por meio de arbitragem.

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia e suas controladas, firmaram contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes, em março de 2009, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão das informações trimestrais e informações contábeis, para um período de 2 anos. Durante o exercício de 2010 a companhia e suas controladas não contrataram prestações de serviços e/ou pagaram honorários não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações contábeis aos seus auditores.

A política da companhia e de suas controladas no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores, na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados com a prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da administração da companhia e se substância nos princípios que preservam a independência da auditoria.

Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados parceiros estratégicos na superação das metas definidas pela Alupar Investimento e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - o ser humano.

A Alupar Investimento é uma empresa que está permanentemente preocupada com o bem estar de seus colaboradores e por este motivo desenvolveu uma Política de Benefícios que se insere na Gestão Integrada de Recursos Humanos, tendo uma abordagem que agregue valor ao negócio da empresa. Esta Política visa promover o reconhecimento e integração entre os colaboradores, objetivando o crescimento e a valorização do capital humano da empresa.

Para cumprir seus objetivos a área de RH dirige seus esforços:

- No desenvolvimento e retenção de pessoas chave, notadamente dirigentes.
- Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas.
- Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria do clima

P&D

Para a Alupar, o investimento em P&D é fundamental para o desenvolvimento do setor, sendo assim, a Companhia tem atuado, através de nossas controladas e controladas em conjunto, em projetos que busquem aumentar a confiabilidade do sistema de transmissão, otimizar processos de construção, operação e manutenção, monitorar suas instalações e minimizar impactos ambientais.

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o artigo 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 define que, entre outras empresas do setor, as transmissoras de energia devem aplicar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida em programas de pesquisa e desenvolvimento conforme regulamentos da ANEEL.

Destacamos a seguir os principais investimentos realizados em 2010:

- Desenvolvimento de Framework para Monitoramento remoto de Linhas de Transmissão de Energia sobre Redes em Malha Sem Fio.
- TECCON - Tecnologia de sensores em fibras óticas para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica.
- Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento.

Pesquisa da utilização de culturas agrícolas no controle de vegetação invasora sob linhas de transmissão de energia elétrica.

Concessões de linhas de transmissão

A Alupar participa de 17 empresas transmissoras de energia elétrica, totalizando 4.750 quilômetros de linhas de transmissão espalhadas pelo Brasil. Das 17 concessionárias, 5 se encontram em fase pré-operacional, sendo que 4 delas entrarão em operação em 2011 e uma em 2012.
As participações da Alupar nas 17 concessionárias de transmissão estão apresentadas a seguir:

	Participação Direta		Participação Indireta	
Empresas	No capital votante	No capital total	No capital votante	No capital total
Companhia Transleste de Transmissão (1)	-	-	41,00%	41,00%
Companhia Transudeste de Transmissão (1)	-	-	41,00%	41,00%
Companhia Transirapé de Transmissão (1)	-	-	41,00%	41,00%
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	100,00%	100,00%	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE	50,02%	38,01%	-	-
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE	50,01%	50,01%	-	-
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE	50,01%	50,01%	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. – ECTE (4)	40,01%	40,01%	-	-
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP	50,02%	50,02%	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	51,00%	51,00%	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (2)	20,00%	20,00%	80,00%	80,00%
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica(2)	15,00%	15,00%	80,00%	80,00%
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (2)	-	-	51,00%	51,00%
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	46,00%	46,00%	-	-
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE (3)	-	-	100,00%	100,00%
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. – ETEM	60,00%	60,00%	-	-
Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. – ETVG	100,00%	100,00%	-	-

(1) Participação indireta mediante controle da Transminas.
(2) Participação indireta mediante controle da EATE.
(3) Participação indireta mediante controle da ETEP.
(4) A Alupar firmou em 10/11/2009 junto à MDU, contrato de compra de 4.213.710 ações ordinárias da ECTE. Quando totalmente aprovada pelos Orgãos financiadores e reguladores, a operação será concretizada e Alupar passará a deter o controle da ECTE, com uma participação de 50,02%.

Nossos investimentos em empresas de transmissão de energia elétrica são, em sua maioria, em parcerias com as seguintes empresas: CEMIG, FURNAS, ELETROBRÁS, CHESF, AUTOINVEST, MDU, ELETORNORTE e BIMETAL.

Aquisições de novas linhas de transmissão em leilões realizados em 2010:

- Em 11 de Junho de 2010, a Alupar venceu o lote F (ETVG), leiloado pela ANEEL, composto pela subestação Várzea Grande em 230 kV, localizado no estado do Mato Grosso. A RAP da companhia foi acrescida em R$ 3,0 milhões, e a previsão de entrada em operação da transmissora é dezembro de 2012.

A Alupar ainda pretende ingressar como acionista, mediante compra da totalidade da participação acionária da Guarupart Participações Ltda., na Transchile - empresa em fase operacional, que detém a concessão para construção, operação e manutenção de 200 km de linha de transmissão de 220 kv no Chile, em um trecho que vai de Charrua a Nueva Temuco.

Para garantia da realização da operação, foi firmado um contrato de compra e venda com condições suspensivas, entre a Alupar e a Guarupart Participações Ltda. (sucessora da Companhia Técnica de Engenharia) em 28 de dezembro de 2007.

Distribuição geográfica das Transmissoras:



Concessões de usinas de energia elétrica

Rumo ao crescimento no mercado de geração, a Alupar colocou em operação, em agosto de 2010, a UHE José Luiz Muller de Godoy Pereira, adquirida no leilão 002/2005.

Localizada no Rio Claro, entre os municípios de Caçu e São Simão, em Goiás, a UHE possui potência instalada de 68,4 MW e 41,0 MW de energia assegurada. A receita Anual prevista é de R$ 47,0 milhões, a usina se tornou, em agosto de 2010, o primeiro projeto de geração da empresa a entrar em operação.

Juntamente com a UHE José Luiz Muller de Godoy Pereira, a Alupar conquistou no leilão 002/2005, a UHE São José, com previsão de entrada de operação no primeiro semestre de 2011.

Com potência instalada de 51 MW e energia assegurada de 30, 4 MW, a UHE está localizada no rio Ijuí, nos municípios de Salvador das Missões e Rolador, no Rio Grande do Sul. A receita Anual é de R$ 39 milhões.

Em 2010, a Alupar deu um importante passo rumo a sua expansão no mercado de geração de energia elétrica, ao conquistar a concessão da usina Ferreira Gomes, no leilão 003/2010, em 30 de julho, realizado pela Aneel. O Contrato de Concessão foi assinado em 9 de novembro de 2010, com prazo de 35 anos.

A UHE Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW e 150,2 MW de energia assegurada, localizada no estado do Amapá no município de Ferreira Gomes, com receita estimada em R$ 140 milhões por ano, deve entrar em operação em dezembro de 2014.

Autorizações de pequenas centrais hidrelétricas

A Alupar ingressou como acionista em 2 Pequenas Centrais Hidrelétricas no Estado de São Paulo, mediante participação de 50,01% do capital em cada uma delas, conforme descrito a seguir:

Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (PCH Queluz) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Queluz, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 1,27 km^2, receita bruta projetada de R$ 36,0 milhões e com previsão de entrada em operação plena no primeiro semestre de 2011.

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (PCH Lavrinhas) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Lavrinhas, no Estado de São Paulo, com um área alagada de 0,76 km^2, receita bruta projetada em R$ 36,0 milhões e com previsão de entrada em operação plena no primeiro semestre de 2011.

A Alupar iniciou estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

Distribuição geográfica das Geradoras:



Cenário Macroeconômico

Apesar da instabilidade na economia internacional, caracterizada pela crise financeira de 2008, a economia brasileira manteve sua trajetória de crescimento, registrando um aumento de 7,5 % do PIB em relação ao ano anterior, conforme dados divulgados pelo IBGE.
O Comitê de Política Monetária (Copom) pressionado pela alta da inflação em 2010, IGP-M acumulado de 11,32% e IPCA em 5,91%, adotou uma política restritiva, elevando gradualmente a taxa básica de juros (SELIC), que fechou o ano em 10,75%, uma elevação de 18,78% em relação a 2009.
O bom desempenho da economia brasileira frente à economia internacional, aliado ao crescimento das importações - 42,2% em comparação a 2009 - fez com que houvesse uma valorização do real frente ao dólar de 4,31% quando comparada ao ano anterior.

Ambiente Regulatório

A ANEEL, em 29 de Junho de 2010, publicou a resolução homologatória nº 1.021 estabelecendo as receitas anuais permitidas (RAPs) para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão da rede básica e demais instalações para o ciclo 2010 – 2011.
As receitas das transmissoras da Alupar tiveram um reajuste médio de 4,2%, a partir de julho de 2010, em relação ao ciclo anterior, sendo 87,26% da receita da Alupar reajustada pelo IGP-M e 12,74% pelo IPCA.

Estratégia de Negócios

Buscar projetos que assegurem estabilidade de receita e retorno dos investimentos, com forte disciplina financeira. Durante seu processo de expansão, a Alupar desenvolverá projetos que assegurem estabilidade de receita e retorno dos investimentos, compatíveis com os projetos que a Companhia opera e desenvolve atualmente. A Alupar pretende continuar alavancando sua geração forte e estável de fluxo de caixa para crescimento, mantendo sua estrutura de capital equilibrada de modo a maximizar valor para seus acionistas;

Focar os investimentos da Companhia em geração para projetos de pequeno e médio porte. A Alupar buscará manter seus futuros investimentos em geração direcionados para projetos *Greenfield* de pequeno e médio porte, principalmente em PCHs. A Companhia acredita que as PCHs apresentam vantagens construtivas, operacionais e técnicas em relação aos projetos de grande porte;

Participar dos próximos leilões de concessão de transmissão e geração no Brasil. Nos próximos anos serão destinados, pelo Governo Federal, investimentos para novos projetos de transmissão e geração de energia, a fim de viabilizar o crescimento econômico brasileiro. A Alupar pretende aproveitar essas oportunidades por meio do desenvolvimento de novos projetos nos segmentos de transmissão e geração de energia no Brasil;

Manter parcerias estratégicas com outras empresas do setor. A Alupar concentra suas atividades em projetos de pequeno e médio porte. Não obstante, mantém parcerias estratégicas com empresas de capacidade técnica e financeira, a fim de viabilizar empreendimentos de grande porte do setor, como também com empresas que representam oportunidades atrativas de aquisição. Seja no desenvolvimento de novos projetos, como na aquisição de novas empresas, a Companhia adota o critério de retorno sobre o investimento de forma a manter sua estrutura de capital e custos.

Investimentos

Durante o ano de 2010 foram realizados investimentos totais da ordem de 574,7 milhões em nossas empresas, valor este aplicado principalmente na construção de nossas usinas de geração de energia elétrica, na construção de linhas de transmissão e subestações e em novos projetos de geração de energia em diversos estados brasileiros.

Desempenho Econômico

Os principais indicadores econômicos e financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 (ajustado)	2010	2009 (ajustado)
Liquidez geral	1,40	1,82	1,44	1,51
Liquidez corrente	2,30	15,73	2,18	2,73
Relação PL/Ativo total	0,71	0,77	0,47	0,47
Relação exigível total/ativo total	0,29	0,23	0,53	0,53
Rentabilidade do PL (%)	14,81%	12,23%	16,77%	17,98%
EBITDA- R$ milhões	-	-	674,6	616,4

A liquidez corrente da Companhia reduziu em 2010 em decorrência dos novos investimentos realizados durante o exercício e também pela transferência para o circulante, de parcelas do financiamento, cujo vencimento se dará em 2011. Por outro lado, a redução verificada na liquidez geral, corresponde basicamente aos investimentos realizados no exercício. Ressaltamos ainda que, a liquidez corrente verificada em 2009, não é recorrente e deveu-se ao aporte de recursos oriundo da entrada do novo acionista (FI-FGTS) no último trimestre daquele ano.

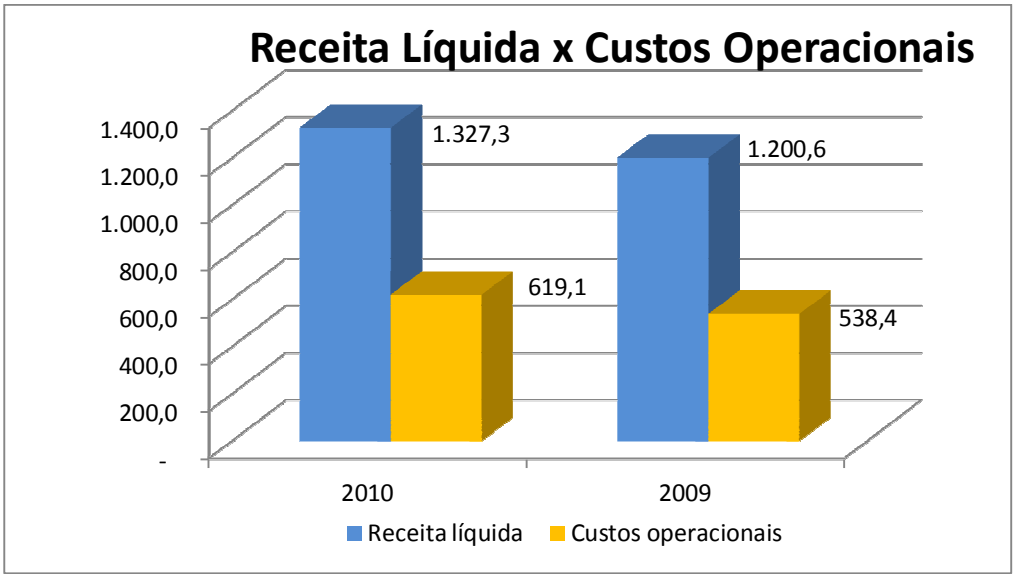
Comportamento da receita

Nossa receita líquida aumentou em R$126,7 milhões ou 10,5%, atingindo R$1.327,3 milhões no exercício de 2010, comparado a R$1.200,6 milhões no exercício de 2009. Esse aumento deve-se principalmente a: (i) o reajuste anual médio da Receita Anual Permitida – RAP de nossas transmissoras controladas e controladas em conjunto, em torno de 4,2%; e (ii) do início dos contratos de venda de energia das geradoras de energia elétrica, incorrendo em receita com a venda de energia, nas empresas Foz do Rio Claro e Ijui Energia, em janeiro, a PCH Queluz em julho, e a PCH Lavrinhas em novembro deste ano, que contribuíram com uma receita incremental neste exercício de aproximadamente R$ 40,2 milhões, R$ 19,0 milhões, R$ 16,6 milhões e R$ 4,2 milhões respectivamente.

O reajuste anual é apurado de acordo com o previsto no contrato de concessão de cada concessionária, o reajuste anual correspondeu a 4,2%, referente ao período apuração de junho/2009 a maio/2010, calculado com base na variação do IGP-M e do IPCA e foi aplicado às receitas a partir de julho/2010.

Comportamento dos custos operacionais

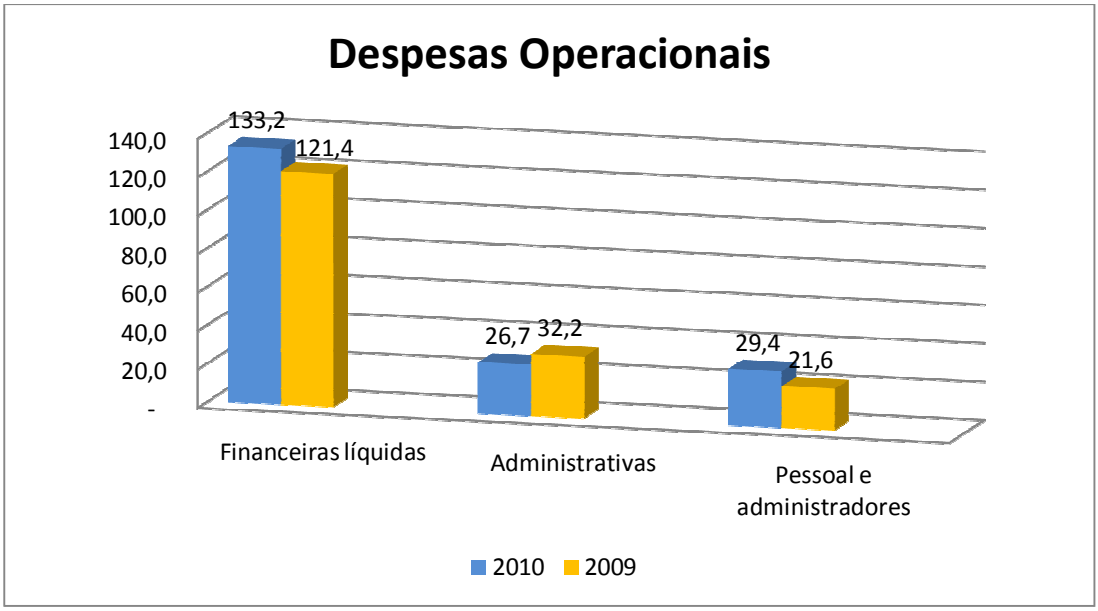
Os custos operacionais aumentaram em R$80,7 milhões ou 15,0%, atingindo R$619,1 milhões no exercício de 2010, comparadas a R$538,4 milhões no exercício de 2009. Este aumento deve-se principalmente à entrada em operação comercial das empresas de geração de energia que tiveram que comprar energia para revenda, em cumprimento às obrigações contratuais, quais sejam: Foz do Rio Claro e Ijui Energia, em fevereiro, a PCH Queluz em julho, e a PCH Lavrinhas em novembro deste ano, que contribuíram com um custo adicional de aproximadamente R$ 29,0 milhões, R$ 24,7 milhões, R$ 11,3 milhões e R$ 2,7 milhões respectivamente.



Obs: valores expressos em milhões de reais

Despesas operacionais

As despesas operacionais líquidas aumentaram em R$3,5 milhões ou 2,0 %, atingindo R$170,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparadas a R$167,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Essa variação deve-se principalmente a: (i) aumento de R$ 11,8 milhões nas rubricas que compõem as despesas financeiras, decorrente basicamente da contratação de novos financiamentos no montante de R$ 531,4 milhões, e a 3ª emissão de debentures na companhia no montante de R$ 150 milhões; (ii) aumento das rubricas de gastos com pessoal e administradores, no montante de R$7,8 milhões. Em contrapartida, as despesas administrativas gerais reduziram R$ 5,5 milhões em 2010 e as rubricas de outras receitas operacionais tiveram um aumento de R$ 8,1 milhões, decorrente basicamente do ganho de capital da controladora, na recompra de ações da Eletrobrás, de emissão de suas controladas Eate e Etep durante o exercício.



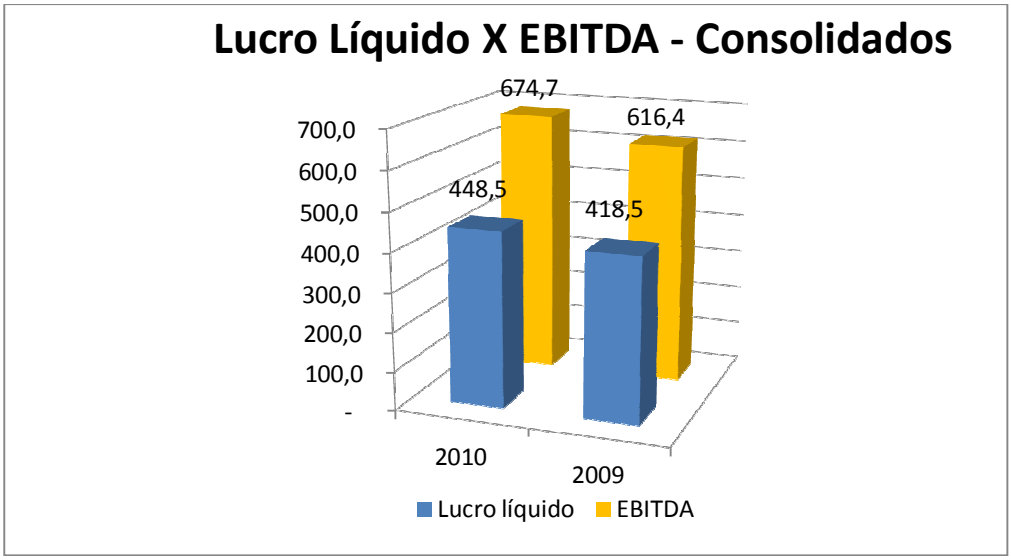
Obs.: valores expressos em milhões de reais

Lucro líquido x EBITDA - Consolidados

O EBITDA é uma medição não contábil, consistindo no lucro líquido antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização e da participação dos acionistas não controladores.

Conciliação do EBITDA – R$ milhões

	2010	**2009**
Lucro líquido do exercício	**448,5**	418,5
(+) Imposto de renda (líquido do incentivo fiscal) e CSLL	**89,0**	76,5
(+) Resultado financeiro líquido	**133,2**	121,4
(+) Depreciação/amortização	**4,0**	-
(=) EBITDA	**674,7**	616,4



Obs.: valores expressos em milhões de reais

Responsabilidade sócio-ambiental

A Alupar tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, esta engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Nesse sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que seus empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde está inserida, a Companhia desenvolve ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

Destacamos a seguir diversos projetos voltados ao incentivo à cultura, sociais e ambientais, em que ,participamos no exercício de 2010, através de nossas controladas e controladas em conjunto:

- Francisco Caram - **Viva! A Cultura**: Promoção de sessões de leitura e teatros para ciranças e jovens hospitalizados
- Geofilmes - **JK no exílio**: Documentário sobre o tempo em que Juscelino Kubitschek ficou em exílio na França.
- Prêmio Editorial - **Repórter Esso**: Recuperação de trechos do noticiário "Reporter Esso".
- Fundação Bachiana - **Treinamento de 150 jovens**: Promover o desenvolvimento musical de 150 crianças e jovens carentes

- Diogo Rampaso Zanoa - **Música Instrumental**: Produção e gravação de Cd do artista Diogo Rampaso, com músicas de sua própria autoria.
- Fundação Dorina Nowil - **Livro para cegos**: Confecção de livros em braile para cegos
- Kavantan - **Mestres do Futuro Estrada Real**: Treinamento para os coordenadores de oficina e mestres com o objetivo de transmitir seus conhecimentos a jovens de 10 diferentes comunidades.
- Araçuaí/MG - **APAE**: Manutenção da instituição que trabalha na inclusão de pessoas com deficiência na escola, mercado de trabalho, etc.
- Cuiabá/MT - **Creche Boa Vontade**: Manutenção da instituição que abriga crianças em situação de vulnerabilidade social.
- Ferraz de Vasconcelos/SP - **Lar Betânia**: Manutenção da instituição que abriga crianças abandonadas. Também oferece cursos técnicos pelo SENAI, assistência a moradores de rua para conseguir emprego, etc.
- Itabirito/MG - **Associação Movimento Jovem Independente**: Manutenção da instituição que tem por finalidade promover o resgate de valores sócio-culturais de crianças, adolescentes, jovens e adultos por meio de atividades culturais ligadas às artes cênicas.
- Juína/MT - **Construção do lar do adolescente**: Reforma e construção de mais quartos do lar do adolescente
- Lambari/MG - **APAE**: Manutenção da instituição
- Nova Mutum/MT - **CAICA Marton Lucca**: Manutenção da instituição que abriga crianças carentes e oferece aulas de música, pintura e reforço escolar
- S. Paulo/SP - APAE: Manutenção da instituição que trabalha na inclusão de pessoas com deficiência na escola, mercado de trabalho, etc.
- S. Paulo/SP - **Percuciente**: Utilizar a música para promover o desenvolvimento da criança e do adolescente
- S. Paulo/SP - **Ação Comunitária**: Avanço da qualidade de vida das comunidades da periferia, por meio de melhoria da gestão das organizações comunitárias.
- Sorriso/MT - **Lar São Franciso**: Manutenção da instituição que trabalha com cerca de 92 crianças, oferecendo reforço escolar, esportes, música, informática e horta.
- Afrobras- **Troféu Raça Negra**: Evento de homenagem a todos que contribuíram para o engrandecimento da comunidade afro brasileira.
- LYNXFILM - **Além da Estrada**: Finalização do filme Além da estrada de Charly Braun
- Jairo Matos da Rosa - **Cata Dores**: Montagem do espetáculo teatral Cata Dores, com Jairo Matos da Rosa e Paulo Gorgulho.
- Blumenau/SC - **Voluntários São Roque**: Manutenção da instituição que promove a socialização do menor carente e abandonado e crianças em risco social.

- Jequitinhonha/MG - **Instituto Educacional Jequitinhonha**: Manutenção da instituição que visa a promoção de atividades educacionais a crianças e jovens carentes.
- Campo das Vertentes **- Exposição Mulheres Reais** - Ouro Preto: Exposição de pinturas, roupas, jóias das mulheres da época do Brasil imperial
- Trickster Produções Artísticas - **Afastando os Fantasmas da Infância**: Espetáculo teatral infantil baseado na história da Menina Triângulo
- Casa de Sto. Antônio - **Abecedário da Religiosidade Popular**: Edição e publicação de livro que reúne 8.200 verbetes, 6.136 notas de rodapé, 1.172 páginas, valorizando o que mais significativo há na cultura popular.
- Açailândia/MA - **AMA - Construindo Sonhos II**: Acompanhamento escolar e aulas de informática para crianças carentes
- Imperatriz/MA - **Instituto Caminhos**: Manutenção da instituição que oferece prática esportiva, atividades culturais, ações socioeducativas, e pedagógicas, atividades de prevenção e conscientização sobre as implicações da gravidez na adolescência, violência sexual, e violência doméstica, etc.
- Montes Claros/MG - **APAE**: Manutenção da instituição que trabalha na inclusão de pessoas com deficiência na escola, mercado de trabalho, etc.
- Montes Claros/MG - **Fundação Sara**: Manutenção da instituição que atende crianças acometidas pelo câncer por meio de programas de assistência como: moradia, alimentação, acessa a medicamentos, etc.
- Salinas/MG - **APAE**: Manutenção da instituição que trabalha na inclusão de pessoas com deficiência na escola, mercado de trabalho, etc.
- Varginha/MG - **APAE**: Manutenção da instituição que trabalha na inclusão de pessoas com deficiência na escola, mercado de trabalho, etc.ETEP - ROUANET
- Vaga Lume - **Expedição**: Promoção do acesso à livros e a leitura em comunidades rurais da Amazônia
- M4 Marketing - **Patrimônio Imaterial Brasileiro**: Edição e publicação de livro que visa divulgar os registros de bens culturais de natureza imaterial brasileira.
- Niska Prod. Culturais - **A Alma Imoral**: Peça teatral adaptação de Clarice Niskier do livro de Nilton Bonder
- Cultura Sub - **Naufrágios**: Publicação de 3000 exemplares do livro Naufráios e Pontos de Mergulho de Recife, Maceió e Noronha.
- Maria de Lourdes - **BANTU**: Oficina de arte e criação de esculturas, quadros e acessórios, valorizando a cultura negra.
- Associação desportiva dos cooperativados e funcionários da Unimed - **Projeto Escola de Futuro**: Escola de basquete para meninas de 08 a 13 anos para competição a nível olímpico.

- Abaetetuba/PA - **Preparando para o Futuro**: Escolinha de futebol para crianças da região.
- Almenara/MG - **OSTEF - Organização Social Terezinha Flores**: Manutenção da instituição
- Belém/PA - **Congregação das Irmãs Salesianas**: Manutenção da instituição
- Betim/MG - **Missão Ramacrisna**: Manutenção da instituição que tem por objetivo de promover a assistência social, educação, profissionalização, cultura, conscientização ecológica, lazer e esportes a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, moradores em bairros de periferia e zona rural da cidade de Betim.
- C. Lafaiete/MG - **APAE**: Manutenção da instituição que trabalha na inclusão de pessoas com deficiência na escola, mercado de trabalho, etc.
- A Lumitrans desenvolve ações relacionadas à prevenção de meio ambiente da faixa de servidão, como limpeza e campanha contra queimadas, incluindo palestras em escolas e divulgação de folhetos, promovendo a comunicação social junto às comunidades envolvidas.

Apresentamos a seguir nossos balanços sociais consolidados dos exercícios de 2010 e 2009:

	Consolidado							
	2010				2009 (ajustado)			
Base de cálculo								
Receita líquida (RL)	1.187.259				1.049.037			
Lucro operacional (LO)	742.002				575.463			
Folha de pagamento bruta (FPB)	29.939				24.656			
Valor adicionado total (VAT)	700.241				543.487			
		% sobre				% sobre		
	Valor	**FPB**	**RL**	**VAT**	**Valor**	**FPB**	**RL**	**VAT**
Indicadores sociais internos								
Encargos sociais compulsórios	9.443	31,54%	0,80%	1,35%	6.732	22,48%	0,80%	1,35%
Assistência medica e Vale Transportes	1.946	6,50%	0,16%	0,28%	1.433	4,79%	0,16%	0,28%
Previdência Privada	1.038	3,47%	0,09%	0,15%	822	2,75%	0,09%	0,15%
Educação	243	0,81%	0,02%	0,03%	217	0,72%	0,02%	0,03%
Auxilio alimentação	1.098	3,67%	0,09%	0,16%	750	2,51%	0,09%	0,16%
Outros	277	0,93%	0,02%	0,04%	268	0,90%	0,02%	0,04%
Total	**14.044**	**46,91%**	**1,18%**	**2,01%**	**10.223**	**34,14%**	**1,18%**	**2,01%**
		% sobre				% sobre		
	Valor	**LO**	**RL**	**VAT**	**Valor**	**LO**	**RL**	**VAT**
Indicadores sociais externos (1)								
Doações e contribuições	880	0,12%	0,07%	0,13%	1.133	0,15%	0,07%	0,13%
Projetos de incentivo à cultura	2.799	0,38%	0,24%	0,40%	2.286	0,31%	0,24%	0,40%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	6.158	0,83%	0,52%	0,88%	1.729	0,23%	0,52%	0,88%
Tributos excluídos encargos sociais	33.087	4,46%	2,79%	4,73%	105.610	14,23%	8,90%	4,73%
Total	**42.924**	**5,78%**	**3,62%**	**6,13%**	**110.757**	**14,93%**	**9,72%**	**6,13%**
		% sobre				% sobre		
	Valor	**LO**	**RL**	**VAT**	**Valor**	**LO**	**RL**	**VAT**
Indicadores ambientais(1)								
Investimentos relacionados à atividade da empresa								
Projetos de preservação ambiental	2.046	0,28%	0,17%	0,29%	2.558	0,34%	0,17%	0,29%
Projetos de educação ambiental em comunidades	331	0,04%	0,03%	0,05%	484	0,07%	0,03%	0,05%
Licenças ambientais	277	0,04%	0,02%	0,04%	2.111	0,28%	0,02%	0,04%
Desapropriação de terras	490	0,07%	0,04%	0,07%	-	0,00%	0,04%	0,07%
Manejo de vegetação	2.029	0,27%	0,17%	0,29%	466	0,06%	0,17%	0,29%
Total	**5.173**	**0,70%**	**0,44%**	**0,74%**	**5.619**	**0,76%**	**0,44%**	**0,74%**
Indicadores do corpo funcional (1)								
Empregados no final do período	367				308			
Escolaridade dos empregados								
Superior e extensão universitária	250				209			
2º Grau	117				99			
Faixa etária dos empregados								
Abaixo de 30 anos	99				101			
De 30 até 45 anos (exclusive)	159				114			
Acima de 45 anos	104				93			
Admissões durante o ano	103				104			
Mulheres que trabalham na empresa	104				100			
Negros que trabalham na empresa	13				14			
Portadores de deficiências físicas	-				-			
Estagiários	6				8			
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (1)								
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,76				7,54			
Acidentes de trabalho	1				-			

(1) informações não auditadas pelos auditores independentes

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

ERNST & YOUNG TERCO

Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alupar Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Alupar Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Alupar Investimento S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Os balanços patrimoniais individual e consolidado, da Alupar Investimento S.A. e de suas controladas, referentes aos saldos de 01 de janeiro de 2009, preparados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil nessa data, apresentados como base para a preparação dos balanços de abertura mencionados na nota explicativa 5, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 30 de março de 2009, sem ressalvas e com ênfase referente à existência de capital de giro negativo decorrente de dívida bancária de curto prazo para o financiamento de projetos de longo prazo, situação que foi revertida em 31 de dezembro de 2009.

Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2010, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 4 que foram efetuados para alterar os balanços de abertura em 01 de janeiro de 2009. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

ERNST & YOUNG TERCO

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de março de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC 020036/O-8-S-SP

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)	1º/01/2009 (ajustado)	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)	1º/01/2009 (ajustado)
Ativo							
Circulante		**488.126**	**637.100**	**52.628**	**1.471.470**	**1.463.081**	**941.626**
Caixa e equivalentes de caixa	7	391.592	521.059	4.708	506.034	591.763	114.433
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	88.738	78.713	73.497
Partes relacionadas	12	82.724	108.187	35.775	-	-	-
Impostos a recuperar	10	10.891	6.725	4.965	28.663	26.600	15.117
Devedores diversos	9	786	1.030	7.134	786	1.030	7.134
Adiantamento a fornecedores		1.751	23	10	20.520	3.964	2.149
Estoques	11	-	-	-	17.721	17.029	14.168
Despesas pagas antecipadamente		57	11	-	1.960	2.803	5.461
Cauções e depósitos judiciais	23	-	-	-	417	107	3.081
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	-	793.249	735.562	703.743
Outros Ativos		325	65	36	13.382	5.510	2.843
Não circulante		**1.424.385**	**931.422**	**859.365**	**4.198.349**	**3.524.075**	**2.754.620**
Partes relacionadas	12	284.222	20.586	28.634	-	-	-
Impostos a recuperar	10	-	-	-	13.063	9.494	9.837
Depósitos judiciais	23	1.462	1.240	-	8.184	12.833	5.228
Créditos vinculados		-	-	-	19.740	11.018	4.677
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	-	2.806.813	2.511.518	2.267.757
Outros Ativos		-	1.061	1.380	4.076	1.740	1.380
Investimentos	14	1.073.477	866.693	805.004	5.686	3.345	1
Imobilizado	15	1.368	1.545	1.688	449.002	329.576	116.745
Intangível	16	63.856	40.297	22.659	891.785	644.551	348.995
Ativo total		**1.912.511**	**1.568.522**	**911.993**	**5.669.819**	**4.987.156**	**3.696.246**

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)	1º/01/2009 (ajustado)	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)	1º/01/2009 (ajustado)
Passivo							
Circulante		**211.794**	**40.503**	**166.093**	**676.250**	**536.891**	**593.667**
Empréstimos e financiamentos	17	156.566	3.438	94.328	325.635	202.963	343.937
Fornecedores		3.439	3.789	1.352	51.778	23.132	34.953
Partes relacionadas		-	-	45.018	-	-	45.018
Salários, férias e encargos sociais		1.127	767	688	6.857	4.413	3.407
Contribuições e impostos a pagar	18	2.748	3.266	1.292	100.839	102.954	62.791
Dividendos declarados		47.771	29.102	23.172	127.530	165.862	66.532
Provisão para gastos ambientais	20	-	-	-	25.339	9.843	10.551
Taxas Regulamentares e setoriais		-	-	-	23.495	21.465	15.677
Provisões	23	-	-	-	1.452	1.672	416
Outras Obrigações		143	141	243	13.325	4.587	10.385
Não circulante		**342.377**	**323.051**	**289**	**2.319.346**	**2.122.805**	**1.446.948**
Empréstimos e financiamentos	17	342.377	323.051	289	2.128.197	1.972.720	1.319.692
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	24.399	8.000	-
Contribuições e impostos a pagar	18	-	-	-	154.746	134.293	118.408
Provisões	23	-	-	-	1.455	2.023	1.393
Adiantamento de clientes		-	-	-	3.752	2.648	6.305
Outras obrigações		-	-	-	6.797	3.121	1.150
Patrimônio líquido		**1.358.340**	**1.204.968**	**745.611**	**1.341.230**	**1.187.148**	**727.081**
Capital social	21	804.001	804.001	404.001	804.001	804.001	404.001
Reservas de lucros		554.339	400.967	341.610	537.229	383.147	323.080
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	1.332.993	1.140.312	928.550
Patrimônio líquido + partic. de acionistas não controladores		**1.358.340**	**1.204.968**	**745.611**	**2.674.223**	**2.327.460**	**1.655.631**
Passivo total		**1.912.511**	**1.568.522**	**911.993**	**5.669.819**	**4.987.156**	**3.696.246**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados e resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)
Receita bruta					
Sistemas de transmissão de energia		-	-	1.083.575	979.205
Sistemas de geração de energia		-	-	306.080	276.296
		-	-	**1.389.655**	**1.255.501**
Deduções					
		-	-	**(62.319)**	**(54.897)**
Receita operacional líquida		-	-	**1.327.336**	**1.200.604**
Custos operacionais					
Custo dos serviços prestados				(58.242)	(49.942)
Energia comprada para revenda		-	-	(60.456)	-
Custo de infraestrutura		-	-	(496.396)	(488.455)
Depreciação / Amortização		-	-	(4.038)	(7)
		-	-	**(619.132)**	**(538.404)**
Lucro bruto		-	-	**708.204**	**662.200**
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais		(10.889)	(21.222)	(26.973)	(32.288)
Pessoal		(6.865)	(4.746)	(19.154)	(12.398)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(5.216)	(5.023)	(10.251)	(9.249)
Despesas financeiras	22	(43.653)	(19.434)	(188.725)	(146.368)
Receitas financeiras	22	38.828	9.113	55.497	24.995
Equivalência patrimonial	14	211.413	188.636	-	-
Outras receitas		18.781	105	20.197	8.156
Outras despesas		(1.256)	(10)	(1.263)	(21)
		201.143	**147.419**	**(170.672)**	**(167.173)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**201.143**	**147.419**	**537.532**	**495.027**
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(61.756)	(56.355)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(27.302)	(20.132)
		-	-	(89.058)	(76.487)
Lucro líquido do exercício		**201.143**	**147.419**	**448.474**	**418.540**
Atribuível a					
Participação dos acionistas controladores		201.143	147.419	201.143	147.419
Participação de acionistas não controladores		-	-	247.331	271.121
		201.143	**147.419**	**448.474**	**418.540**
Lucro líquido por ação Básico e diluído - R$		**1,23**	**0,90**		
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		**163.910**	**163.910**		

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados e, portanto não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar					
Saldos em 31 de dezembro de 2008		404.001	6.443	69.519	-	479.963	(18.530)	660.513	1.121.946
Ajuste da adoção da novas práticas contábeis	4.3	-	-	265.647	-	265.647	-	268.037	533.684
Saldos em 1º de janeiro de 2009		404.001	6.443	335.166	-	745.610	(18.530)	928.550	1.655.630
Distribuição de dividendos de 2008 - AGE de 08/09/2009		-	-	(58.960)	-	(58.960)	-	-	(58.960)
Realização do Lucro auferido pela controladora em transações com controladas		-	-	-	-	-	710	-	710
Aumento de capital - aprovado pela AGE de 18/09/2009		400.000	-	-	-	400.000	-	-	400.000
Lucro liquido do exercício (ajustado)		-	-	-	147.420	147.420	-	271.121	418.541
Destinação proposta à AGO:									
Reserva legal		-	6.127	-	(6.127)	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	(29.102)	(29.102)	-	(59.359)	(88.461)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia		-	-	112.191	(112.191)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 ajustado		804.001	12.570	388.397	-	1.204.968	(17.820)	1.140.312	2.327.460
Realização do Lucro auferido pela controladora em transações com controladas		-	-	-	-	-	710	-	710
Lucro liquido do exercício		-	-	-	201.143	201.143	-	247.331	448.474
Destinação proposta à AGO:									
Reserva legal		-	10.057	-	(10.057)	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	(47.771)	(47.771)	-	(54.650)	(102.421)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia		-	-	143.315	(143.315)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		804.001	22.627	531.712	-	1.358.340	(17.110)	1.332.993	2.674.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
			(ajustado)		(ajustado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		201.143	147.419	201.143	147.419
Itens que não afetam as disponibilidades					
Depreciação e amortização		407	321	4.040	7
Equivalência patrimonial		(211.413)	(188.636)	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas		42.278	16.799	175.892	108.233
Baixas do ativo imobilizado e intangível		1.664	1262	3.783	2.212
Ajuste de participação de acionistas não controladores		-	-	247.331	271.121
		34.079	(22.835)	632.189	528.992
(Aumento) redução no ativo					
Contas a receber concessionárias e permissionárias		-	-	(10.025)	(5.217)
Contas a receber ativo financeiro		-	-	(352.983)	(275.580)
Partes Relacionadas		(339.024)	(64.364)	-	-
Impostos a recuperar		(4.166)	(1.760)	(5.632)	(11.140)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(16.556)	(1.815)
Despesas antecipadas		-	-	843	2.658
Estoques		-	-	(692)	(2.860)
Outros ativos circulantes		(1.789)	6.051	(7.938)	6.411
Outros realizáveis a longo prazo		839	(921)	(6.409)	(14.306)
		(344.140)	(60.994)	(399.392)	(301.849)
Aumento (redução) no passivo					
Fornecedores		(350)	2.437	28.646	(11.821)
Contingências		-	-	(788)	1.886
Taxas Regulamentares e setoriais		-	-	2.030	6.418
Salários, férias e encargos sociais		360	79	2.444	1.006
Provisão para compensação e gastos ambientais		-	-	15.496	(708)
Contribuições e impostos a recolher		(518)	1.974	(2.115)	40.163
Outros passivos circulantes		2	(101)	8.738	(5.798)
Impostos diferidos		-	-	20.454	15.885
Outros exigiveis a longo prazo		-	-	4.780	(1.686)
		(506)	4.389	79.685	45.345
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(310.567)	(79.440)	312.482	272.486
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos realizados		4.630	45.714	(2.341)	(3.345)
Dividendos e JCP recebidos		100.850	81.233	-	-
Aplicações no imobilizado		(181)	(269)	(127.249)	(242.382)
Aplicações no intangível		(25.273)	(18.810)	(247.234)	(295.556)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		80.026	107.868	(376.824)	(541.283)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital		-	400.000	-	542.616
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	16.399	8.000
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio		(29.101)	(82.132)	(140.580)	(170.267)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil		273.477	542.771	681.411	1.133.731
Amortização e pagamento de juros do financiamento		(143.302)	(372.716)	(578.617)	(767.953)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos		101.074	487.923	(21.387)	746.127
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		**(129.467)**	**516.351**	**(85.729)**	**477.330**
Demonstração do aumento nas disponibilidades					
Saldo no início do período		521.059	4.708	591.763	114.433
Saldo no final do periodo		391.592	521.059	506.034	591.763
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades		**(129.467)**	**516.351**	**(85.729)**	**477.330**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)
Receitas				
Receita de Concessão de Transmissão	-	-	85.014	76.401
Receita de Infra-estrutura	-	-	496.395	488.455
Remuneração dos ativos da concessão	-	-	728.044	690.645
Suprimento de Energia	-	-	80.203	-
Outras Receitas	18.781	105	20.197	1.449
	18.781	105	**1.409.853**	1.256.950
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia Elétrica comprada para revenda	-	-	(60.456)	-
Custo de Infra-estrutura	-	-	(496.395)	(488.454)
Serviços de terceiros	(8.256)	(14.643)	(51.643)	(51.058)
Materiais	(143)	(106)	(1.691)	(2.590)
Outros custos operacionais	(1.174)	(2.871)	(9.358)	(7.637)
	(9.573)	(17.620)	**(619.543)**	(549.739)
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	**(407)**	(322)	**(5.003)**	(7)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência Patrimonial	211.413	188.636	-	-
Receita Financeira	38.225	8.752	55.497	24.995
	249.638	197.388	**55.497**	24.995
Valor adicionado a distribuir	**258.439**	**179.551**	**840.804**	**732.199**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração Direta	8.471	6.861	28.716	21.998
Benefícios	987	731	4.923	3.253
Auxílio Alimentação	249	172	1.104	838
Assistência Médica	295	211	1.883	1.337
Vale Transporte	24	16	40	17
Previdência Privada	248	244	825	670
Outros	171	88	1.071	391
F.G.T.S	602	484	1.821	1.281
	10.060	8.076	**35.460**	26.532
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	**3.571**	4.408	**162.438**	136.777
INSS	2.023	1.586	6.788	5.152
Encargos do consumidor	-	-	28.518	24.001
Imposto de renda e contribuição social	-	-	61.756	56.354
PIS e COFINS	1.229	2.127	36.272	29.994
Contribuição sindical/patronal	40	36	259	184
CIDE	37	151	37	151
IR S/ Remessa Exterior	48	219	48	219
Imposto de renda e contribuição social diferidos	194	289	27.302	20.131
Outros impostos e taxas	-	-	1.458	591
Estaduais	**5**	42	**2.097**	55
ICMS	-	-	2.062	2
IPVA	5	42	35	53
Municipais	**35**	21	**69**	57
IPTU	35	21	68	54
Taxa de Licenciamento	-	-	1	3
	3.611	4.471	**164.604**	136.889
Remuração de Capitais de Terceiros				
Juros e variações cambiais	42.358	16.772	164.994	110.959
Aluguéis	593	510	4.178	3.869
Outras despesas financeiras	674	2.302	23.094	35.409
	43.625	19.584	**192.266**	150.237
Remuneração de Capitais Próprios				
Dividendos propostos e JCP	47.771	29.102	47.771	29.102
Reservas de lucros	153.372	118.318	153.372	118.318
Participação de acionistas não controladores	-	-	247.331	271.121
	201.143	147.420	**448.474**	418.541
	258.439	**179.551**	**840.804**	**732.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Alupar Investimento S.A., "Companhia ou Alupar", constituída em 27 de setembro de 2006, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em 5 empresas geradoras e 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário mediante compra da participação acionária da Guarupart Participações Ltda em mais 1 empresa de transmissão (vide nota explicativa nº 4).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, foram preparadas conforme as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standars Board (IASB)*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A companhia adota a totalidade das IFRS pela primeira vez em suas demonstrações contábeis consolidadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2009.

As demonstrações contábeis de 2009 na posição consolidada, conforme estabelecido pelo CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas com implantação retroativa das normas à 1º de janeiro de 2009, de forma a permitir a comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1 Demonstrações contábeis consolidadas--Continuação

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com a totalidade das IFRS aplicáveis às operações da Companhia e de suas controladas requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente; estimativas do valor justo das propriedades para investimento; as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações; análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos; assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis integrais das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário direta ou indiretamente e as demonstrações contábeis proporcionais nas quais a Companhia possui participação relevante sem a detenção do controle. As empresas cujas demonstrações contábeis foram consolidadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.2 Demonstrações contábeis da controladora

As demonstrações contábeis da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2009. Desta forma, as demonstrações contábeis de 2009, anteriormente divulgadas, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas contemplando todas as normas estabelecidas pelo CPC e permitem a adequada comparação com o exercício de 2010.

A administração da companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis em 20 de março de 2011. De acordo com a deliberação CVM n.º 505, de 19 de junho de 2006, eventos subsequentes ocorridos até a data de autorização de sua conclusão devem ser divulgados e, se necessário, ajustados nas mesmas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis com finalidade da transição para CPCs.

a) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

Excepcionalmente, as contas garantidas vinculadas a financiamento de longo prazo, quando existirem, são apresentadas no balanço patrimonial como contas redutoras dos empréstimos, no passivo circulante, por tratar-se de *"covenants*" contratuais definidas pelo agente financiador.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

b) Contas a receber

Concessionárias e permissionárias (nota 08)

As contas a receber incluem os valores faturados e a faturar até a data do balanço, e ainda não recebidos. Praticamente todas as contas a receber em 31 de dezembro de 2010, possuíam vencimento inferior a 30 dias, não tendo sido aplicável ajustes ao valor presente.

Devido às características das atividades da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, não existe praticamente inadimplência, portanto, sem necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Ativos financeiros (nota 13)

Os ativos financeiros registrados nos balanços patrimoniais das controladas transmissoras de energia elétrica são originários da aplicação da norma contábil ICPC 01 e o OCPC 05 – Contratos de Concessão. Ao analisar esses normativos verifica-se que:

(i) Com base no entendimento da maioria desses contratos e nos itens 15, 16 e 19 da ICPC 01 e ainda nos itens BC42, BC43, BC49 e BC54 da IFRIC 12, o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro;

(ii) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é realizada, ou seja, recebida e/ou auferida, pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização, ou seja, o transporte de energia pelos usuários dos sistemas de transmissão não existindo, portanto, risco de demanda para a empresa de transmissão;

(iii) O poder concedente delegou aos usuários dos sistemas de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro ao longo do período da concessão;

(iv) A parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa ao final do período da concessão;

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

b) Contas a receber--Continuação

Ativos financeiros (nota 13)--Continuação

(v) A parcela do ativo financeiro relativa à indenização dos ativos, garantida no contrato de concessão, está incluída no modelo de fluxo de caixa, e está reconhecida, com base em premissas adotadas pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de definição de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor, por parte do Órgão Regulador;

c) Estoques (nota 11)

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura das concessões, na operação e manutenção da prestação de serviços mantidos em estoque, são avaliados e registrados ao custo de aquisição que não excedem ao valor de reposição.

d) Investimentos (nota 14)

Os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas, quando necessário, a fim de adequá-los ao valor de mercado.

Consideramos o disposto no CPC 15 – Combinação de Negócios, para as novas aquisições de empreendimentos, realizadas a partir de 1º de janeiro de 2009, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes da nova controlada são mensurados pelo valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis é registrado como ágio. Caso o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis, a diferença apurada é registrada como ganho de capital no resultado do exercício.

Os investimentos em terrenos e imóveis que não sejam utilizados na atividade operacional da Companhia e suas controladas, pelos quais se aufira uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

e) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados por nossas controladas nas atividades de geração e transmissão de energia são vinculados a esse serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos, ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução da ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinadas à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para a concessão.

f) Imobilizado (nota 15)

O imobilizado consolidado é substancialmente composto por (i) ativos não diretamente vinculados aos serviços de transmissão e energia e (ii) ativos totais vinculados e não vinculados à concessão, no caso das empresas de geração de energia que não estão sujeitas à aplicação da ICPC 01, e está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE n° 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL n° 015, de 29 de dezembro de 1997, as quais foram revogadas a partir de 26 de junho de 2009, com a publicação da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009, que criou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. As taxas anuais de depreciação vigentes a partir da publicação da Resolução nº 367, estão determinadas na tabela anexa ao MCSPE.

A Companhia e suas controladas que exercem a atividade de geração e comercialização de energia e que adotaram a aplicação do CPC 27 – Ativo Imobilizado, optaram por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído, por entender que a pratica contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos. Para adequar a base do imobilizado aos requisitos previstos no CPC 27, os custos administrativos indiretos foram excluídos do ativo imobilizado e imputados ao resultado do exercício, quando relativo aos gastos incorridos em 2010 e ao patrimônio líquido quando relativo aos gastos incorridos até 31 de dezembro de 2009.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

g) Intangível (nota 16)

Os ativos intangíveis compreendem:

Direitos de concessão – uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A., em contrapartida de pagamentos mensais ao Governo Federal, conforme contratos assinados entre as partes. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e amortizado no prazo do referido contrato.

As concessões de uso do bem público para geração de energia, alcançadas pelo ICPC 01, fazem o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo intangível através do método do percentual de evolução.

Softwares

São mensurados pelo custo de aquisição deduzidos das despesas de amortização.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros e desenvolvimento de projetos

Referem-se aos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Para desenvolvimento destes projetos a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE´s controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação, são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração. No exercício de 2010 houve reversões de gastos para o resultado do exercício no montante de R$ 1.616 (2009 - R$234).

Ágio gerado por conta de uma combinação de negócios

É reconhecido por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor de mercado desse negócio.

A amortização do ágio se dará de acordo com o previsto na ICPC09, ou seja, pelo prazo da concessão da controlada da qual se origina.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

h) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

No caso das licenças de operação, caso os custos ambientais associados a estas licenças sejam pagos antes da entrada em operação do empreendimento e antes da obtenção efetiva de referida licença, os valores desembolsados serão contabilizados no ativo intangível e amortizados pelo prazo da de concessão da licença. Caso a licença seja obtida antes do desembolso dos custos efetivos, no momento da vigência da licença os custos estimados serão provisionados no ativo intangível e amortizados de acordo com o prazo de vigência da licença.

i) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados, no mínimo anualmente, quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidencias de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial e que, eventualmente tragam resultados com efeitos negativos nos fluxos de caixa futuro do investimento.

Ativos não financeiros (notas 15 e 16)

Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, foram utilizadas as seguintes premissas pela companhia, para a avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos:

(i) Levamos em consideração a materialidade dos itens registrados nos grupos de ativos intangíveis e imobilizado e realizamos os seguintes procedimentos para verificação da existência de *Impairment*:

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

i) Redução ao valor recuperável--Continuação

Ativos não financeiros (notas 15 e 16)--Continuação

(ii) Ativos intangíveis com vida útil foram testados por empresa independente. Contratamos a empresa de avaliação patrimonial, Latin Finance Advisory & Ressarch LTDA, que emitiu laudos de avaliações, em 15 de Março de 2011, sobre o teste de *Impairment,* dos ágios registrados pela Alupar na data base de 31 de dezembro de 2010. Os laudos de avaliações chegaram a conclusão de que a perspectiva de rentabilidade futura dos investimentos que geraram os ágios, suportam os valores registrados na ALUPAR.

(iii) Os ativos registrados no Ativo imobilizado da Companhia e suas controladas tiveram seus saldos avaliados em 31 de dezembro de 2010, para verificação da redução ao valor recuperável, mediante a aplicação dos seguintes critérios: (a) Alupar – comparação com valor de mercado; (b) controladas pré-operacionais - valores dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, baseados em premissas fundamentadas, que representaram a melhor estimativa por parte da administração, considerando o conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente desses ativos. Ressaltamos que não foram identificadas desvalorizações para os ativos imobilizados do Grupo Alupar em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e serviços e encargos referente a construção dos empreendimentos pré-operacionais.

As contas a pagar a fornecedores, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

l) Taxas regulamentares e encargos setoriais

(i) *Reserva Global de Reversão (RGR)*

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de transmissão de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

(ii) *Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

(iii) *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

O valor da taxa de fiscalização da ANEEL incidente sobre as receitas de transmissão de energia elétrica é equivale a 0,5% da receita anual.

O valor da taxa de fiscalização da ANEEL devida pelas concessionárias de geração de energia elétrica é fixado anualmente pela Agência.

(iv) *Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)*

Trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira. O total a ser pago é calculado segundo uma fórmula padrão: CF = 6,75% x energia gerada no mês x Tarifa Atualizada de Referência - TAR.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

l) Taxas regulamentares e encargos setoriais--Continuação

(v) *Pagamento pelo Uso do Bem Público – UBP*

É um valor anual determinado pelo Poder Concedente no contrato do Uso do Bem Público para as concessionárias, permissionárias e produtores independentes de energia elétrica, a ser pago mensalmente a partir da data da entrada em operação do empreendimento até o final do prazo da concessão.

Nossas concessionárias de energia elétrica, quando exigível, reconhecem os valores a pagar e, os classificam como instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, demonstrados ao custo amortizado atualizado pela variação do IPCA incorrida até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente pela taxa implícita no projeto.

m) Empréstimos e financiamentos (nota 17)

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

Conforme Pronunciamento do CPC nº 08, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, quando significativos, os recursos captados de terceiros são reconhecidos líquidos dos custos de transação incorridos na captação. Durante o exercício de 2010, estes custos não foram considerados significativos na Companhia, de forma que não houve alterações nas taxas de juros pactuadas, conforme demonstramos a seguir:

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

m) Empréstimos e financiamentos (nota 17)

	Controladora		
	Taxa de Juros	Valor em R$ mil	% Custo/ Valor da captação
Debêntures			
- 1ª emissão – 1ª a 4ª séries	118,0% CDI a.a.		
Valor captação		150.460	
(-) custo captação		(50)	0,49%
Captação líquida		150.410	
- 2ª emissão – 1ª série	CDI + 1,90% a.a.		
- 2ª emissão – 2ª série	IPCA+ 8,95% a.a.		
Valor captação		250.925	
(-) custo captação		(2.764)	1,25%
Captação líquida		248.161	
-3ª emissão – 1ª série	CDI + 1,85% a.a.		
Valor captação		150.000	
(-) custo captação		(1.503)	1,00%
Captação líquida		148.497	

n) Imposto de renda e contribuição social (nota 18)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com as seguintes bases: as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente no ano de R$ 240 para imposto de renda; e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas do Grupo Alupar sob regime de apuração com base no Lucro Real, exceto as controladas EBTE, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste e Transudeste que estão sob o regime de apuração pelo Lucro Presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exeqüível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são ajustados à valor presente.

p) Capital social (Nota 21)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão das ações e opções de ações.

Ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido, caso não sejam resgatáveis. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria, são reconhecidas como dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos para sua recompra. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para um novo acionista, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os lucros acumulados.

q) Dividendos (Nota 21)

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Empresa estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a titulo de dividendos.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos regulatórios e setoriais, dos abatimentos e dos descontos, quando for o caso.

As atividades da Companhia estão relacionadas aos segmentos de Transmissão e Geração de Energia. As receitas e despesas relacionadas a atividade de geração de energia referem-se a compra e revenda direta, uma vez que os investimentos ainda estão em fase pré-operacional, conforme já divulgado.

(i) *Receita da transmissão*

Nossas controladas e controladas em conjunto, reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos Ativos Financeiros

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

r) Apuração do resultado--Continuação

(ii) *Receita de venda de energia*

Nossas controladas reconhecem as receitas de venda de energia no momento do respectivo fornecimento.

(iii) *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda *(impairment)* é identificada em relação a um contas a receber, a empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

s) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41.

t) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil mantidos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

u) Contratos de concessão

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICPC 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

No caso do Grupo, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que o Grupo adotou a ICPC 01 para efeitos comparativos com referência a 1º de Janeiro de 2009.

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) da concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

u) Contratos de concessão--Continuação

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de geração que possuem seus contratos de comercialização de energia 100% vinculada ao mercado regulado.

Os ativos intangíveis das concessões são amortizados de acordo com a respectiva vida útil durante o período da concessão.

O Grupo procede a testes do valor recuperável relativamente aos ativos intangíveis das concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os impactos decorrentes da adoção da ICPC 01 encontram-se apresentadas na Nota 5 às demonstrações contábeis.

v) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível e provisões, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(i) *Reconhecimento de receita na atividade de transmissão*

Em 2010, o Grupo reconheceu suas receitas de acordo com o ICPC 01 e definiu como “modus operandi” as orientações do OCPC 05 e que são:

1) Aplicação retroativa a todos os contrato de concessão vinculados à essas demonstrações financeiras de forma a evitar distorções na apuração da taxa efetiva de juros para remuneração do ativo financeiro relacionado à construção da infraestrutura;

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

v) Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade--Continuação

(i) *Reconhecimento de receita na atividade de transmissão*--Continuação

2) Definição do critério para alocação da receita da infraestrutura e da operação e manutenção do total dos contratos conforme abaixo:

- Retrospectivamente pelos valores incorridos e escriturados na contabilidade das empresas concessionárias;

- Prospectivamente por valores projetados baseado em cenários econômicos futuros de inflação, até o final de cada contrato de concessão;

3) Apuração, separada, da remuneração incorrida da parcela do ativo financeiro da infraestrutura, da operação e da manutenção pela aplicação da taxa efetiva de juros calculada em de acordo com os critérios definidos no item anterior;

4) Separar do valor do faturamento mensal a parcela referente à recuperação dos custos de operação e manutenção e da parcela referente à recuperação do saldo do ativo financeiro e que foi considerada como amortização do contas à receber da concessão;

(ii) *Provisões*

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que resultam de um acontecimento no passado. Pode ser provável que uma saída de recursos frente a possíveis benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

v) Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade--Continuação

(ii) *Provisões*

O Grupo também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas vinculadas a assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O melhor julgamento do Grupo é baseado na opinião de seus consultores legais. Todas as provisões são revisadas e ajustadas de forma a levar em conta quaisquer alterações nas circunstâncias dos ambientes onde estas foram consideradas, tais como prazo de prescrição quando aplicável, conclusões de auditorias fiscais públicas ou novas exposições identificadas com base em novos temas ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

w) Instrumentos financeiros

(i) *Instrumentos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultados, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua classificação, tais como:

- Instrumentos mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda;
- Ao valor justo através do resultado; e
- Outros.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

w) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2010 somente a controlada Empresa de Transmissão Matogrossense S.A.. possuía derivativos controlados.

x) Moeda funcional

A Administração da Companhia está apresentando as demonstrações contábeis da controladora e consolidadas na moeda funcional Real, que é a moeda funcional adotada pela companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação da CVM nº 640/10.

y) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício das empresas em operação e no ativo imobilizado das empresas em fase pré-operacional. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

z) Plano de benefícios pós emprego a funcionários

Os custos de patrocínio do plano de benefícios pós-emprego são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON. Os custos do patrocínio dos planos de benefícios são reconhecidos como despesas por se tratarem de planos de contribuição definida.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

aa) Pronunciamentos ainda não vigentes com potenciais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia

Alguns novos procedimentos contábeis do *International Accounting Standards Board* - IASB foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011 e a harmonização com as práticas contábeis no Brasil também ocorrerá nos mesmos exercícios. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

aa) Pronunciamentos ainda não vigentes com potenciais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia

Pronunciamentos ainda não vigentes com potenciais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia
Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações contábeis consolidadas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Transição para as IFRS

4.1 Aplicação do CPC 37

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição de 1º de janeiro de 2009.

Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas da data de transição, de acordo com o CPC 37, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa da IFRS.

4.1.1 Isenções da aplicação retrospectiva completa adotadas pela Companhia

Na demonstração consolidada a Companhia adotou as seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

a) Na combinação de negócios a Companhia aplicou o CPC15 (IFRS3) para as aquisições a partir de 1º de janeiro de 2009.

b) Os ativos imobilizados foram mantidos a custo histórico ajustado pela exclusão dos gastos administrativos indiretos, conforme preconiza o CPC 27.

4. Transição para as IFRS--Continuação

4.2 Conciliação do balanço patrimonial da controladora (CPC) e do consolidado (IFRS) em 1º de janeiro de 2009 – Ativo

		Controladora			Consolidado		
	Nota	Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC	Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC
Ativo							
Circulante		**52.628**	**-**	**52.628**	**251.307**	**690.318**	**941.625**
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.708	-	4.708	119.108	(4.675)	114.433
Contas a receber	5	-	-	-	73.497	-	73.497
Partes relacionadas	9	35.775	-	35.775	-	-	-
Impostos a recuperar	7	4.965	-	4.965	15.117	-	15.117
Devedores diversos	6	7.134	-	7.134	7.134	-	7.134
Adiantamento a fornecedores		10	-	10	13.559	(11.410)	2.149
Estoques	8	-	-	-	14.168	-	14.168
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	5.460	-	5.460
Cauções e depósitos judiciais	19	-	-	-	3.081	-	3.081
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	-	-	703.743	703.743
Outros Ativos		36	-	36	183	2.660	2.843
Não circulante		**593.717**	**265.648**	**859.365**	**2.771.626**	**(17.006)**	**2.754.620**
Partes relacionadas	9	28.634	-	28.634	-	-	-
Impostos a recuperar	7	-	-	-	9.837	-	9.837
Depósitos judiciais	19	-	-	-	5.228	-	5.228
Créditos vinculados		-	-	-	-	4.677	4.677
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	-	-	2.267.757	2.267.757
Outros Ativos		1.380	-	1.380	1.380	-	1.380
Investimentos	10	539.356	265.648	805.004	1	-	1
Imobilizado	11	1.688	-	1.688	2.722.239	(2.605.494)	116.745
Intangível	12	22.659	-	22.659	32.941	316.054	348.995
Ativo total		**646.345**	**265.648**	**911.993**	**3.022.933**	**673.312**	**3.696.245**

4. Transição para as IFRS--Continuação

4.3 Conciliação do balanço patrimonial da controladora (CPC) e do consolidado (IFRS) em 1º de janeiro de 2009 – Passivo

		Controladora			Consolidado		
	Nota	Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC	Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC
Passivo							
Circulante		**166.093**	**-**	**166.093**	**572.447**	**21.219**	**593.666**
Empréstimos e financiamentos	13	94.328	-	94.328	343.936	-	343.936
Fornecedores		1.352	-	1.352	34.953	-	34.953
Partes relacionadas		45.018	-	45.018	45.018	-	45.018
Salários, férias e encargos sociais		688	-	688	3.407	-	3.407
Contribuições e impostos a pagar	14	1.292	-	1.292	41.519	21.272	62.791
Dividendos declarados		23.172	-	23.172	66.532	-	66.532
Provisão para gastos ambientais	16	-	-	-	10.080	471	10.551
Taxas Regulamentares e setoriais		-	-	-	15.677	-	15.677
Provisão para contingências	19	-	-	-	416	-	416
Outras Obrigações		243	-	243	10.909	(524)	10.385
Não circulante		**289**	**-**	**289**	**1.328.540**	**118.408**	**1.446.948**
Empréstimos e financiamentos	13	289	-	289	1.319.692	-	1.319.692
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Contribuições e impostos a pagar	14	-	-	-	-	118.408	118.408
Provisão para contingências	19	-	-	-	1.393	-	1.393
Adiantamento de clientes		-	-	-	6.305	-	6.305
Outras obrigações		-	-	-	1.150	-	1.150
Patrimônio líquido		**479.963**	**265.648**	**745.611**	**461.433**	**265.648**	**727.081**
Capital social	17	404.001	-	404.001	404.001	-	404.001
Reservas de lucros		75.962	265.648	341.610	57.432	265.648	323.080
Participação de acionistas não controladores		**-**	**-**	**-**	**660.513**	**268.037**	**928.550**
Patrimônio líquido + partic. de acionistas não controladores		**479.963**	**265.648**	**745.611**	**1.121.946**	**533.685**	**1.655.631**
Passivo total		**646.345**	**265.648**	**911.993**	**3.022.933**	**673.312**	**3.696.245**

4.4 Conciliação do balanço patrimonial da controladora (CPC) e do consolidado (IFRS) em 31 de dezembro de 2009 – Ativo

		Controladora			Consolidado		
	Nota	Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC	Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC
Ativo							
Circulante		**637.100**	**-**	**637.100**	**730.942**	**732.139**	**1.463.081**
Caixa e equivalentes de caixa	4	521.059	-	521.059	591.763	-	591.763
Contas a receber	5	-	-	-	78.710	3	78.713
Partes relacionadas	9	108.187	-	108.187	-	-	-
Impostos a recuperar	7	6.725	-	6.725	26.594	6	26.600
Devedores diversos	6	1.030	-	1.030	1.030	-	1.030
Adiantamento a fornecedores		23	-	23	8.958	(4.994)	3.964
Estoques	8	-	-	-	17.028	1	17.029
Despesas pagas antecipadamente		11	-	11	2.894	(91)	2.803
Cauções e depósitos judiciais	19	-	-	-	3.495	(3.388)	107
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	-	-	735.562	735.562
Outros Ativos		65	-	65	470	5.040	5.510
Não circulante		**640.885**	**290.537**	**931.422**	**3.443.671**	**80.404**	**3.524.075**
Partes relacionadas	9	20.586	-	20.586	-	-	-
Impostos a recuperar	7	-	-	-	9.606	(112)	9.494
Depósitos judiciais	19	1.240	-	1.240	9.445	3.388	12.833
Créditos vinculados		-	-	-	11.018	-	11.018
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	-	-	2.511.518	2.511.518
Outros Ativos		1.061	-	1.061	1.061	679	1.740
Investimentos	10	576.156	290.537	866.693	3.345	-	3.345
Imobilizado	11	1.545	-	1.545	3.358.085	(3.028.509)	329.576
Intangível	12	40.297	-	40.297	51.111	593.440	644.551
Ativo total		**1.277.985**	**290.537**	**1.568.522**	**4.174.613**	**812.543**	**4.987.156**

4. Transição para as IFRS--Continuação

4.5 Conciliação do balanço patrimonial da controladora (CPC) e do consolidado (IFRS) em 31 de dezembro de 2009 – Passivo

		Controladora			Consolidado		
	Nota	Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC	Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC
Passivo							
Circulante		**40.503**	**-**	**40.503**	**507.010**	**29.881**	**536.891**
Empréstimos e financiamentos	13	3.438	-	3.438	202.963	-	202.963
Fornecedores		3.789	-	3.789	23.132	-	23.132
Salários, férias e encargos sociais		767	-	767	4.413	-	4.413
Contribuições e impostos a pagar	14	3.266	-	3.266	76.826	26.128	102.954
Dividendos declarados		29.102	-	29.102	165.862	-	165.862
Provisão para gastos ambientais	16	-	-	-	9.843	-	9.843
Taxas regulamentares e setoriais		-	-	-	17.719	3.746	21.465
Provisão para contingências	19	-	-	-	1.672	-	1.672
Outras Obrigações		141	-	141	4.580	7	4.587
Não circulante		**323.051**	**-**	**323.051**	**1.988.510**	**134.295**	**2.122.805**
Empréstimos e financiamentos	13	323.051	-	323.051	1.972.720	-	1.972.720
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	8.000	-	8.000
Contribuições e impostos a pagar	14	-	-	-	-	134.293	134.293
Provisão para contingências	19	-	-	-	2.023	-	2.023
Adiantamento de clientes		-	-	-	2.648	-	2.648
Outras obrigações		-	-	-	3.119	2	3.121
Patrimônio líquido		**914.431**	**290.537**	**1.204.968**	**896.611**	**290.537**	**1.187.148**
Capital social	17	804.001	-	804.001	804.001	-	804.001
Reservas de lucros		110.430	290.537	400.967	92.610	290.537	383.147
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	**782.482**	**357.830**	**1.140.312**
Patrimônio líquido + partic. de acionistas não controladores		**914.431**	**290.537**	**1.204.968**	**1.679.093**	**648.367**	**2.327.460**
Passivo total		**1.277.985**	**290.537**	**1.568.522**	**4.174.613**	**812.543**	**4.987.156**

4. Transição para as IFRS--Continuação

4.6 Conciliação da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Nota	Controladora			Consolidado		
		Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC	Anteriormente Publicado	Ajustes	Ajustado ao ICPC
Receita operacional bruta							
Receitas da concessão de transmissão de energia		-	-	-	703.742	275.463	979.205
Receitas da concessão de geração de energia		-	-	-	-	276.296	276.296
		-	**-**	**-**	**703.742**	**551.759**	1.255.501
Deduções		**-**	**-**	**-**	**(51.837)**	**(3.060)**	**(54.897)**
Receita operacional líquida		**-**	**-**	**-**	**651.905**	**548.699**	**1.200.604**
Custos operacionais							
Custo dos serviços prestados		-	-	-	(50.854)	912	(49.942)
Custo de infraestrutura		-	-	-	-	(488.455)	(488.455)
Depreciação / Amortização		-	-	-	(71.801)	71.794	(7)
		-	**-**	**-**	**(122.655)**	**(415.749)**	**(538.404)**
Lucro bruto		**-**	**-**	**-**	**529.250**	**132.950**	**662.200**
(Despesas) receitas operacionais							
Administrativas e gerais		(21.222)	-	(21.222)	(33.172)	884	(32.288)
Pessoal		(4.746)	-	(4.746)	(10.735)	(1.663)	(12.398)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(5.023)	-	(5.023)	(8.755)	(494)	(9.249)
Despesas financeiras		(19.434)	-	(19.434)	(143.124)	(3.244)	(146.368)
Receitas financeiras		9.113	-	9.113	21.748	3.247	24.995
Equivalência patrimonial		163.747	24.889	188.636	-	-	-
Outras receitas		105	-	105	8.155	1	8.156
Outras despesas		(10)	-	(10)	(21)	-	(21)
		122.530	**24.889**	**147.419**	**(165.904)**	**(1.269)**	**(167.173)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**122.530**	**24.889**	**147.419**	**363.346**	**131.681**	**495.027**
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	(56.354)	(1)	(56.355)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	(20.132)	(20.132)
		-	-	-	(56.354)	(20.133)	(76.487)
Lucro líquido do exercício		**122.530**	**24.889**	**147.419**	**306.992**	**111.548**	**418.540**
Atribuível a:							
Participação dos acionistas controladores		122.530	24.889	147.419	122.530	24.889	147.419
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	184.462	86.659	271.121
		122.530	**24.889**	**147.419**	**306.992**	**111.548**	**418.540**
Lucro líquido por ação Basico e diluído - R$		**0,75**		**0,90**			
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		**163.910**		**163.910**			

4. Transição para as IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças na adoção das IFRS e CPC´s que afetaram as demonstrações contábeis da controladora e consolidado

a) Impostos e contribuições a recuperar

Ajuste do saldo de curto para longo prazo por conta da adoção dos CPC´s.

b) Ativos financeiros das concessões

A partir de 01 de janeiro de 2010 a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC ("equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB").

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo: serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

4. Transição para as IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças na adoção das IFRS e CPC´s que afetaram as demonstrações contábeis da controladora e consolidado--Continuação

b) Ativos financeiros das concessões--Continuação

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. A remuneração recebida ou a receber deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado de transmissão de energia em que o Grupo faz parte (vide descrição na Nota 5).

Todas as concessões de transmissão de energia foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente, sendo recalculado os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuídos os efeitos acumulados aos componentes do patrimônio líquido.

4. Transição para as IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças na adoção das IFRS e CPC´s que afetaram as demonstrações contábeis da controladora e consolidado--Continuação

b) Ativos financeiros das concessões--Continuação

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária quando cabível, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O Grupo considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Contudo, os valores registrados correspondem ao valor residual do investimento realizado na construção, devido ainda não haver uma definição de metodologia de cálculo das indenizações, por parte do Poder Concedente. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

c) Ativo imobilizado

Foram efetuados os seguintes ajustes no ativo imobilizado do Grupo:

(i) Baixa de gastos administrativos indiretos;

(ii) Reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de transmissão e geração para os ativos financeiros e intangível, por conta da aplicação do ICPC01(IFRC 12).

4. Transição para as IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças na adoção das IFRS e CPC´s que afetaram as demonstrações contábeis da controladora e consolidado--Continuação

d) Ativo intangível

Foram efetuados os seguintes ajustes no ativo intangível:

(i) Reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de uso do bem público para geração de energia das controladas Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A.;

(ii) Reconhecimento dos custos dos projetos ambientais e valores a pagar pelo uso do bem público nas concessionárias Foz do Rio Claro S.A. e Ijui Energia S.A, por conta do CPC 25 (IAS37).

As concessões de uso do bem público para geração de energia, alcançadas pelo ICPC 01, fazem o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo intangível através do método do percentual de evolução.

e) Impostos e contribuições sociais

Ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPC´s.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Apuração dos saldos por conta das diferenças temporárias decorrente da implantação do ICPC01 (IFRIC12).

g) Taxas regulamentares e setoriais

Reconhecimento dos pagamentos pelo Uso do Bem Público - UBP por conta dos contratos de concessão das controladas Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijui Energia S.A.

h) Provisão para gastos ambientais

Reconhecimento das obrigações ambientais relacionadas à obtenção de licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25/IAS37.

4. Transição para as IFRS--Continuação

4.7 Descrição das principais diferenças na adoção das IFRS e CPC´s que afetaram as demonstrações contábeis da controladora e consolidado--Continuação

i) Reserva de lucros

Reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do lucro líquido apurado após a aplicação do ICPC01.

j) Lucros e prejuízos acumulados

Os ajustes efetuados nesta rubrica referem-se a: (i) estorno de gastos administrativos referente a adoção do CPC 27(IAS16); (ii) efeitos retroativos da aplicação do ICPC01 (IFRIC 12); e (iii) reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos em contrapartida aos ajustes descritos.

k) Resultado

Os ajustes efetuados no resultado do exercício referem-se a: (i) baixa dos gastos administrativos inicialmente contabilizados no ativo imobilizado referente a adoção do CPC 27(IAS16); (ii) reclassificação do saldo da rubrica de depreciação/amortização para a rubrica de receita do sistema de transmissão de vido a adoção do ICPC 01 (IFRIC12); (iii) reconhecimento dos custos de construção da infraestrutura dos ativos financeiros e intangíveis vinculados à concessão do serviço publico-privado e de uso do bem público, mediante aplicação do ICPC01 (IFRIC 12); e (iv) reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos em contrapartida aos ajustes descritos.

5. Demonstração dos efeitos da adoção das IFRS nos saldos do patrimônio e resultados trimestrais dos exercícios de 2010 e 2009 da Companhia

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, estamos apresentando a seguir os efeitos da plena adoção dos CPC´s, no patrimônio líquido e resultados dos trimestres do exercício de 2010 e 2009:

	Efeito da Aplicação da IFRS no PL da Controladora			No Resultado Acumulado	
	2010	2009		2010	2009
1º TRIMESTRE			**1º TRIMESTRE**		
PL antes do IFRS	945.719	506.469	Resultado Original	31.288	26.506
Ajustes do IFRS	303.577	247.154	Ajustes ICPC-01	16.326	15.673
PL ajustado	**1.249.296**	**753.623**	Ajustes IR/CS Diferidos	(2.915)	-
				44.700	**42.179**
2º TRIMESTRE			**2º TRIMESTRE**		
PL antes do IFRS	974.635	540.080	Resultado Original	60.204	60.126
Ajustes do IFRS	317.836	264.412	Ajustes ICPC-01	33.758	32.472
PL ajustado	**1.292.471**	**804.492**	Ajustes IR/CS Diferidos	(6.085)	-
				87.877	**92.598**
3º TRIMESTRE			**3º TRIMESTRE**		
PL antes do IFRS	1.010.774	904.262	Resultado Original	96.343	83.260
Ajustes do IFRS	336.056	273.466	Ajustes ICPC-01	47.584	43.015
PL ajustado	**1.346.830**	**1.177.728**	Ajustes IR/CS Diferidos	(8.124)	-
				135.803	**126.275**
4º TRIMESTRE			**4º TRIMESTRE**		
PL antes do IFRS	1.046.366	914.431	Resultado Original	145.885	122.530
Ajustes do IFRS	359.745	413.556	Ajustes ICPC-01	65.677	87.312
PL ajustado	**1.406.111**	**1.327.987**	Ajustes IR/CS Diferidos	(10.253)	-
				201.309	**209.842**

6. Demonstrações contábeis consolidadas

As Informações consolidadas em 31 de dezembro de 2010 incluem as demonstrações contábeis das seguintes sociedades:

	% de Participação total		
	Direto	Indireto	Controle
Sociedades consolidadas (c)			
Alupar Inversiones Peru	100,00	-	Integral
Transminas Holding S.A.	70,02	-	Integral
Companhia Transleste de Transmissão (a)	-	41,00	Integral
Companhia Transirapé de Transmissão (a)	-	41,00	Integral
Companhia Transudeste de Transmissão	-	41,00	Conjunto
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (b)	38,56	-	Integral
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	15,00	80,00	Integral
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	20,00	80,00	Integral
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	-	51,00	Integral
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. – STN	51,00	-	Integral
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES	100,00	-	Integral
Foz do Rio Claro Energia S.A.	50,01	-	Integral
Ijuí Energia S.A.	50,01	-	Integral
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (b)	50,02	-	Integral
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE	-	99,00	Integral
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (b)	50,01	-	Integral
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (b)	50,01	-	Integral
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	40,01	-	Conjunto
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (b)	25,01	-	Integral
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (b)	25,01	-	Integral
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	60,00	-	Integral
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME	46,00	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A - ETVG	100,00	-	Integral
Ferreira Gomes Energia S.A	99,90	-	Integral

(a) A Companhia possui o controle em função de acordo de acionista onde existe a condição de voto em bloco.
(b) A Companhia possui o controle em função de possuir mais de 50% das ações com direito a voto.
(c) Todas essas Companhias tiveram suas demonstrações contábeis revisadas pela Ernst & Young.

6. **Demonstrações contábeis consolidadas**--Continuação

As atividades das sociedades integrantes das informações consolidadas compreendem, basicamente, a prestação de serviços na transmissão e geração de energia elétrica, como segue:

	Constituída em	Contrato de concessão	Prazo de concessão em anos	Receita Anual Permitida - RAP 2010/2011
Holdings:				
Alupar Inversiones Perú S.A.C.	16/12/2009	-	-	-
Transminas Holding S.A.	27/09/2006	-	-	-
Transmissoras de energia:				
Companhia Transleste de Transmissão	28/10/2003	009/2004	30	25.799
Companhia Transirapé de Transmissão	06/12/2004	012/2005	30	13.722
Companhia Transudeste de Transmissão	25/10/2004	005/2005	30	15.990
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	23/03/2001	042/2001	30	279.352
Lumitrans- Companhia Transmissora de Energia Elétrica	29/12/2003	007/2004	30	16.830
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	02/12/2005	006/2006	30	25.982
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE (a)	30/07/2008	011/2008	30	28.724
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. -STN	27/10/2003	005/2004	30	113.885
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	23/03/2001	043/2001	30	63.649
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE (a)	22/06/2009	025/2009	30	8.798
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	30/09/2002	085/2002	30	142.335
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE	30/09/2002	083/2002	30	31.981
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	08/08/2000	088/2000	30	61.695
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	19/12/2006	006/2007	30	10.314
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME (a)	02/07/2009	023/2009	30	29.088
Empresa de Transmissão de energia do Mato grosso S/A - ETEM	20/01/2010	005/2010	30	8.752
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A - ETVG	20/07/2010	001/2010	30	-
Geração de energia:				
Foz do Rio Claro Energia S.A. (a)	16/01/2006	005/2006	35	-
Ijuí Energia S.A. (a)	16/01/2006	006/2006	35	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (a)	23/08/2004	(b)	30	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (a)	23/08/2004	(b)	30	-
Ferreira Gomes Energia S.A	10/08/2010	003/2010	30	-

(a) Companhias em fase pré-operacional cujo cronograma de construção prevê a entrada da operação comercial entre abril de 2010 e novembro de 2011.

(b) As Pequenas Centrais Hidrelétricas foram autorizadas à exploração dos empreendimentos mediante Resoluções ANEEL nº 138/2004 e 139/2004.

- As Companhias transmissoras de energia foram constituídas com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por tratar-se de concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

6. **Demonstrações contábeis consolidadas**--Continuação

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados por terceiros, sob a supervisão e fiscalização de cada Companhia, exceto nas empresas STC e ETES, cuja operação e manutenção do sistema são realizados por pessoal próprio.

De acordo com os Contratos de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida – RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão para todas controladas, exceto para as empresas EBTE, TME, ESDE, ETEM e ETVG cujos contratos prevêem revisões periódicas da RAP, em intervalos de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro mês de julho subseqüente à assinatura do contrato de concessão, sendo que para as revisões previstas no 5º, 10º e 15º ano do período de concessão, será recalculado o custo de capital de terceiros.

- As Companhias geradoras de energia são empresas com propósito específico, cujo principal objetivo é a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica e foram constituídas da seguinte forma:

  - Usinas Hidrelétricas - UHEs - empreendimentos cuja potência instalada é superior a 30MW, que é o caso da Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A. e Ferreira Gomes S.A.; e

  - Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - empreendimentos cuja potência instalada é no máximo até 30MW, que é o caso da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e da Usina Paulista Queluz Energia S.A.

Os principais saldos integrais das informações trimestrais das controladas em conjunto em 2010 e em 2009 cuja consolidação foi efetuada proporcionalmente são como segue:

6. **Demonstrações contábeis consolidadas**--Continuação

- ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)
Ativo		
Circulante	**76.722**	76.379
Não circulante	**145.652**	145.791
Total do ativo	**222.374**	222.170
Passivo		
Circulante	**39.856**	49.489
Não circulante	**54.969**	64.737
Patrimônio líquido	**127.549**	107.944
Total do passivo	**222.374**	222.170

	31/12/2010	31/12/2009 **(ajustado)**
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	**60.926**	61.080
Deduções da receita	**(4.280)**	(4.113)
Receita líquida	**56.646**	56.967
Custos dos serviços prestados	**(3.619)**	(4.678)
Lucro bruto	**53.027**	52.289
Despesas gerais e administrativas	**(2.064)**	(1.647)
Resultado financeiro líquido	**(10.307)**	(9.374)
Lucro operacional	**40.656**	41.268
Imposto de renda e contribuição social	**(12.573)**	(12.326)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(1.451)**	(1.836)
Reversão de JCP	**2.955**	2.000
Lucro líquido do Período	**29.587**	29.106

6. **Demonstrações contábeis consolidadas**--Continuação

- Companhia Transudeste de Transmissão

	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)
Ativo		
Circulante	**19.426**	18.917
Não circulante	**78.333**	75.845
Total do ativo	**97.759**	94.762
Passivo		
Circulante	**13.020**	7.320
Não circulante	**31.546**	35.949
Patrimônio líquido	**53.193**	51.493
Total do passivo	**97.759**	94.762

	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	**18.085**	17.720
Deduções da receita	**(1.104)**	(1.059)
Receita líquida	**16.981**	16.661
Custos dos serviços prestados	**(2.728)**	(2.658)
Lucro bruto	**14.253**	14.003
Despesas gerais e administrativas	**(502)**	(529)
Resultado financeiro, líquido.	**(3.286)**	(1.463)
Lucro operacional	**10.465**	12.011
Imposto de renda e contribuição social	**(643)**	(582)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(301)**	(255)
Lucro líquido do Período	**9.521**	**11.174**

6. Demonstrações contábeis consolidadas--Continuação

- Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME

	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)
Ativo		
Circulante	**6.500**	959
Não circulante	**88.850**	565
Total do ativo	**95.350**	1.524
Passivo		
Circulante	**19.519**	23
Não circulante	-	-
Patrimônio líquido	**75.831**	1.501
Total do passivo	**95.350**	1.524

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	**31/12/2010**	31/12/2009	01/01/2009
Caixa	**19**	18	10	**157**	62	8
Bancos - Depósitos a vista	**4.589**	85	3.174	**17.652**	16.518	53.014
Aplicações financeiras	**386.984**	520.956	1.524	**488.225**	575.183	61.411
	391.592	521.059	4.708	**506.034**	591.763	114.433

O caixa compreende numerário disponível em mãos e depósitos bancários disponíveis; equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 97,8% e 107,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são consideradas instrumentos financeiros a valor justo através do resultado.

8. Contas a receber - Consolidado

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de uso de transmissão faturados, a receber	**88.738**	78.713	73.497
	88.738	78.713	73.497

As contas a receber incluem os valores faturados e ainda não recebidos até a data das informações trimestrais. Praticamente todas as contas a receber em 31 de dezembro de 2010, possuíam vencimento inferior a 30 dias, não tendo sido aplicável ajuste a valor presente.

9. Devedores diversos - Controladora

	31/12/2010	31/12/2009
TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda.	**786**	1.030

Em 2 de abril de 2008, foi firmado o contrato de compra e venda de ações entre a Alupar Investimento S.A. (vendedora) e a TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda. (compradora), cujo objeto é a venda de 13.450.000 ações ordinárias da Transminas Holding S.A., as quais correspondem a 29,98% das ações ordinárias detidas pela Alupar no capital da Transminas.

Em virtude da aquisição, a compradora pagará à vendedora o valor global de R$ 14.068, a ser pago em parcelas conforme o contrato. O valor residual vem sendo corrigido pelo IGP-M. O recebimento de tal valor está condicionado à distribuição de dividendos pela Transminas Holding, o qual será diretamente pago à Alupar até a liquidação do saldo devedor.

As ações foram transferidas na sede da Transminas na data da assinatura do contrato, mediante penhor da totalidade das ações, constituído pela compradora em favor da vendedora. Referido penhor permanecerá válido até a liquidação final do saldo devedor, conforme descrito no parágrafo anterior.

10. Impostos a recuperar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procederam as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais consolidados estão assim distribuídos:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	**31/12/2010**	31/12/2009	01/01/2009
Impostos a recuperar						
Circulante						
IRRF	**8.669**	3.955	4.937	**15.034**	8.997	10.248
IRPJ	-	-	-	**464**	4.717	1.420
CSLL	-	-	-	**395**	6.276	46
PIS	**15**	10	5	**1.515**	54	424
COFINS	**71**	44	23	**7.638**	486	2.013
INSS	**1**	-	-	**141**	73	181
Saldo Negativo - IRPJ	**1.589**	2.716	-	**3.316**	3.769	-
Outros	**546**	-	-	**160**	2.228	785
	10.891	6.725	4.965	**28.663**	26.600	15.117
Não circulante						
COFINS	-	-	-	10.716	7.363	7.838
PIS	-	-	-	2.327	1.590	1.641
Base Negativa – IRPJ	-	-	-	-	257	358
Base Negativa – CSLL	-	-	-	-	101	-
IRPJ Diferido	-	-	-	-	126	-
CSLL Diferido	-	-	-	-	57	-
Tributos diferidos	-	-	-	20	-	-
	-	-	-	**13.063**	9.494	9.837
Total	**10.891**	6.725	4.965	**41.726**	36.094	24.954

11. Estoques - Consolidado

	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Material de almoxarifado	**17.721**	17.029	14.168
	17.721	17.029	14.168

Os materiais em estoque são avaliados e registrados pelo custo de aquisição que não excedem o valor de reposição e compreendem, basicamente, peças destinadas a manutenções das linhas de transmissões.

12. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

a) Saldos entre a Controladora e Controladas:

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo Circulante	**82.724**	**108.187**	**35.775**
Dividendos a receber	**63.662**	89.671	23.886
Transminas Hoding	2.363	1.855	705
STN	7.902	4.395	4.532
EATE	18.481	38.213	6.600
ENTE	15.009	19.840	5.803
ERTE	7.186	9.036	1.999
ETEP	4.307	5.359	2.027
STC	1.256	676	-
ECTE	5.052	9.560	2.177
Lumitrans	890	737	43
ETES	1.216	-	496
Juros sobre capital próprio	**19.062**	18.516	11.393
STN	-	5.671	5.701
EATE	6.938	6.938	2.660
ENTE	6.998	2.975	1.748
ETEP	2.292	1.731	764
ECTE	2.206	1.201	520
STC	628	-	-
Não Circulante	**284.222**	**20.586**	**28.634**
Adiant. p/ futuro aumento de Capital	**284.222**	20.586	28.634
IJUI	163.316	-	-
Foz do Rio Claro	66.380	-	-
ETES	6.086	2.086	18.114
Lumitrans	3.500	3.500	3.500
STC	7.000	7.000	7.000
Queluz	14.384	8.000	-
Lavrinhas	8.886	-	-
Alupar Inversiones Peru	-	-	-
Ferreira Gomes	13.320	-	-
ERTE	1.350	-	-
Total do ativo	**366.946**	**128.773**	**64.409**

12. **Partes relacionadas**--Continuação

a) Saldos entre a Controladora e Controladas--Continuação

Garantias

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Data de Início do Contrato	Data de Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31.12.2010
01/12/2009	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/2009	15/05/2018	23.423
23/12/2009	Conselho de Administração	EATE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	19.957	29/12/2009	15/12/2015	17.657
23/12/2009	Conselho de Administração	EBTE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/2009	15/11/2024	171.812
16/03/2009	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/2009	15/09/2023	29.415
22/12/2009	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/2009	15/10/2019	13.381
11/02/2008	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	201.630	09/04/2008	15/03/2027	239.516
11/02/2008	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	168.200	09/04/2008	15.09.2027	195.206
27/04/2010	Diretoria	Ijuí	Alupar	compra e venda de energia	Fiança	9.306	27.04.2010	31/12/2010	-
01/02/2008	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/2009	15/08/2024	140.894
12/07/2010	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB de até 25.000.000,00	4.000	15/09/2010	14/02/2011	4.160
12/07/2010	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB de até 25.000.000,00	2.000	23/12/2010	25/04/2011	2.006
01/02/2008	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/2009	15/06/2024	155.386

12. **Partes relacionadas**--Continuação

a) Saldos entre a Controladora e Controladas--Continuação

Garantias--Continuação

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Data de Início do Contrato	Data de Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31.12.2010
12/07/2010	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB de até 25.000.000,00	4.500	30/08/2010	27/01/2011	4.709
12/07/2010	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB de até 25.000.000,00	3.000	30/09/2010	15/02/2011	3.101
14/07/2008	Conselho de Administração	Queluz e Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	até 52.000	5.500	21/07/2008	14/01/2011	5.729
04/12/2007	Conselho de Administração	STC	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	124.471	28/12/2007	15/04/2022	101.379
15/12/2008	Assembléia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/2004	25/06/2024	242.862
19/03/2010	Diretoria	STN	Alupar	Contrato de abertura de crédito fixo	Crédito para aquisição de reatores, com utilização de recursos do FINAME	4.992	19/03/2010	15/03/2020	3.779
13/07/2010	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/2010	15/07/2020(*)	CCB celebrada em 30/06/10, mas aval da ALUPAR foi previsto através de aditivo contratual datado de 13/07/2010, haja vista a impossibilidade de oferecimento dos ativos como garantia.

12. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos entre a Controladora e Controladas--Continuação

Outros contratos

A Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto poderão celebrar contratos de engenharia e construção com outras empresas do Grupo Alusa. Todavia, até a presente data, a Companhia que não é signatária de nenhum contrato com suas Partes Relacionadas, detém em seus atos societários os seguintes mecanismos para tal espécie de contratação:

- O Conselho de Administração instituiu o comitê de contratação de partes relacionadas, cuja função é elaboração de opinião sobre a celebração de contrato com partes relacionadas. Compete ao comitê de contratação de partes relacionadas manifestar sobre a celebração de todo e qualquer contrato entre a Companhia e suas controladas/coligadas, seus membros da administração, seu Acionista Controlador, e, ainda, a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como, com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre o mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$200 ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.

- O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 17, parágrafo 3º, prevê que a deliberação sobre a celebração, ou rescisão de contratos e obrigações de qualquer natureza entre a Alupar e quaisquer dos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenham interesse, que venham a envolver valores substanciais, assim entendidos aqueles que ultrapassem 5% (cinco por cento) do total de ativos da Alupar dependerá da aprovação da maioria de votos dos membros do Conselho de Administração, com pelo menos o voto favorável de um conselheiro independente.

Em todos os casos em que as nossas controladas celebraram, ou possam vir a celebrar, contratos com partes relacionadas, , necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

12. Partes relacionadas--Continuação

b) Saldo e transações com outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas ou controladas em conjunto atualmente detém os seguintes contratos envolvendo Partes Relacionadas:

Contratante	Contratada	Natureza	Valor	Data Inicial	Prazo para Conclusão das Obras	Saldo no passivo em 31/12/2010
Lavrinhas	Alusa	Contrato de EPC	133.800	31/03/2007	**2011**	-
Queluz	Alusa	Contrato de EPC	137.900	31/03/2007	**2011**	**2.589**
Foz do Rio Claro	Alusa	Contrato de prestação de serviços de construção civil - LT	8.996	03/12/2009	**2010**	**154**
Ijui	Alusa	Contrato de EPC	43.844	04/05/2009	**2011**	-

Contratos da Queluz e Lavrinhas

Os Contratos de EPC, envolvendo as empresas Alusa Engenharia, Lavrinhas e Queluz foram celebrados quando ainda não havia relação jurídica envolvendo Partes Relacionadas. Isso porque o ingresso da Companhia como acionista de Queluz e Lavrinhas ocorreu através de realização de uma Assembléia Geral Extraordinária datada de 18 de setembro de 2007 e tais contratos foram celebrados em 31 de março de 2007.

Contrato da Ijui

Em relação ao contrato de EPC, celebrado entre Alusa Engenharia e Ijuí, esclarecemos que tal contratação ocorreu em virtude da rescisão do contrato que nossa controlada detinha com a Conpasul Construção e Serviços Ltda. A rescisão motivou-se pelo atraso no cronograma das obras, gerados principalmente por problemas gerenciais da contratada. Rescindido o contrato, a Ijuí consultou outras construtoras, sendo que algumas delas não mostraram interesse em assumir a obra e outras pediram prazo de aproximadamente 60 dias para a apresentação de cotações. Diante dos atrasos e do impacto já causado na conclusão da obra e considerando-se que a Alusa Engenharia já realizava os trabalhos de engenharia do proprietário, a Ijuí optou por submeter tal contratação ao seu Conselho de Administração, a qual foi devidamente aprovada.

Referida deliberação estava sujeita a veto do FI-FGTS, nos termos do Acordo de Acionistas celebrado em 05 de setembro de 2009.

12. **Partes relacionadas**--Continuação

b) Saldo e transações com outras partes relacionadas--Continuação

Contrato da Ijui--Continuação

Em relação aos demais contratos, esclarecemos que nossas controladas adotaram as medidas necessárias para a averiguação de sua compatibilidade com os preços de mercado, de forma que consultaram concorrentes da Alusa Engenharia à época da contratação

c) Remuneração dos administradores da companhia - controladora

De acordo com o nosso Estatuto Social, a Assembléia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral, a serem pagos aos seus membros e aos membros de nossa Diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Em Assembléia Geral realizada em 15 de abril de 2010, nossos acionistas aprovaram o valor de até R$ 5.830, para remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício de 2010.

A tabela abaixo mostra, para os exercícios indicados, a remuneração de nossos administradores, a qual inclui os conselheiros e estatutários:

	2010		2009	
	Diretoria	Conselho de administração	Diretoria	Conselho de administração
Benefícios de curto prazo				
Remuneração fixa	2.997	1.166	2.673	948
Remuneração variável	823	-	1.201	-
	3.820	1.166	3.874	948
Benefícios não monetários				
Assistencia médica	59	-	42	-
Seguro de vida em grupo	11	-	5	-
Veículos - valor residual	236	-	207	-
	306	-	254	-
Benefícios pós emprego				
Previdência privada	159	-	152	-
	159	-	152	-
Total geral	4.285	1.166	4.280	948

13. Ativo financeiro da concessão

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e nossas controladas de transmissão de energia, regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser vertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

13. Ativo financeiro da concessão--Continuação

	Valor
Saldo em 31/12/2008	-
Reclassificação do ativo imobilizado indenizável ao final da concessão	746.157
Reclassificação do ativo imobilizado indenizável durante o prazo da concessão	2.225.343
Saldo em 01/01/2009	**2.971.500**
Total das adições ao ativo financeiro	954.932
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(679.352)
Saldo em 31/12/2009	**3.247.080**
Total das adições ao ativo financeiro	1.061.205
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(708.223)
Saldo em 31/12/2010	**3.600.062**
(a) Ativo financeiro indenizável no período da concessão	913.386
(b) Ativo financeiro indenizável ao final da concessão	2.686.676
Saldo em 31/12/2010	**3.600.062**
(-) Ativo circulante	**793.249**
Ativo não circulante	**2.806.813**

14. Investimentos

a) Movimentação do exercício

	Saldo em 01/01/2010	Adições/ (Baixas)	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2010
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial				
Transminas Holding S.A.	52.893	(4.849)	9.951	**57.995**
EATE	226.946	(2.428)	74.966	**299.484**
ENTE	134.801	(14.185)	47.527	**168.143**
ECTE	43.191	(3.993)	11.838	**51.036**
ERTE	23.222	(2.090)	8.799	**29.931**
ETEP	54.515	(23)	21.738	**76.230**
STN	175.720	(20.589)	38.104	**193.235**
STC	17.667	(1.319)	2.445	**18.793**
Lumitrans	4.998	(153)	645	**5.490**
ETES	23.767	(1.216)	5.572	**28.123**
Ijuí Energia	42.058	-	(7.196)	**34.862**
Foz do Rio Claro Energia	41.008	-	(3.348)	**37.660**
Lavrinhas	10.872	-	209	**11.081**
Queluz	11.224	-	561	**11.785**
TME	465	33.991	426	**34.882**
ETEM	-	8.401	80	**8.481**
Alupar Inversiones Peru	-	981	(904)	**77**
ETVG	-	501	-	**501**
Ferreira Gomes	-	1	-	**1**
	863.347	(6.970)	211.413	**1.067.790**
Terrenos	3.345	2.341	-	**5.686**
Outros	1	-	-	**1**
	3.346	2.341	-	**5.687**
	866.693	(4.629)	211.413	**1.073.477**

14. Investimentos--Continuação

b) Informações das investidas:

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão representados por:

31/12/2010								
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Transminas	44.860.000	82.826	14.211	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	57.995
EATE	180.000.010	787.892	197.223	46.020.150	22.399.128	68.419.278	38,01%	299.483
ECTE	42.095.000	127.550	26.632	16.843.146	-	16.843.146	40,01%	51.036
ENTE	100.840.000	336.212	85.570	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	168.143
ERTE	23.400.000	59.846	17.594	11.703.144	-	11.703.144	50,01%	29.931
ETEP	45.000.010	152.414	38.070	13.505.150	9.001.844	22.506.994	50,02%	76.231
STN	198.000.000	378.892	67.896	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	193.235
STC	61.360.000	93.964	8.534	12.272.000	-	12.272.000	20,00%	18.793
Lumitrans	28.070.000	36.603	4.300	4.210.292	-	4.210.292	15,00%	5.490
Foz do Rio Claro	82.000.000	75.305	(6.695)	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	37.660
Ijuí	84.100.000	69.711	(14.389)	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	34.862
Queluz	45.182.135	47.119	2.242	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	11.785
Lavrinhas	43.817.126	44.306	835	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	11.081
ETES	20.978.000	28.123	5.572	20.977.997	-	20.977.997	100,00%	28.123
TME	80.000.000	75.831	926	36.799.799	-	36.799.799	46,00%	34.882
ETEM	24.001.000	14.135	134	14.400.598	-	14.400.598	60,00%	8.481
Alupar Peru	625.179	77	(904)	625.178	-	625.178	100,00%	77
ETVG	501.000	501	-	500.999	-	500.999	100,00%	501
Ferreira Gomes	1.000	1	-	999	-	999	99,90%	1
Total								**1.067.790**

31/12/2009								
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido **(Ajustado)**	Resultado do período **(Ajustado)**	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido **(Ajustado)**
Transminas	44.860.000	75.540	13.078	31.409.499	497	31.409.996	70,02%	52.893
EATE	180.000.010	629.478	184.073	46.020.150	18.546.130	64.566.280	36,05%	226.946
ECTE	42.095.000	107.944	27.107	16.843.146	-	16.843.146	40,01%	43.191
ENTE	100.840.000	269.543	85.749	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	134.801
ERTE	23.400.000	46.431	17.923	11.703.144	-	11.703.144	50,01%	23.222
ETEP	45.000.010	135.567	36.444	13.505.150	4.590.435	18.095.585	40,21%	54.515
STN	198.000.000	344.548	59.083	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	175.719
STC	61.360.000	88.333	10.065	12.272.000	-	12.272.000	20,00%	17.667
Lumitrans	28.070.000	33.324	5.804	4.210.292	-	4.210.292	15,00%	4.998
Foz do Rio Claro	82.000.000	82.000	-	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	41.008
Ijuí	84.100.000	84.100	-	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	42.058
Queluz	45.182.135	44.876	(216)	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	11.224
Lavrinhas	43.817.126	43.471	(241)	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	10.872
ETES	20.978.000	23.767	2.864	20.977.997	-	20.977.997	100,00%	23.767
TME	1.000	1.501	-	309	-	309	31,00%	465
Total								**863.347**

15. Imobilizado – Consolidado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
					(ajustado)	(ajustado)
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Em serviço						
Custo						
Transmissão		**38**	**(1)**	**37**	**21**	**164**
Móveis e utensílios	10%	38	(1)	37	21	164
Geração		275	(8)	267	-	-
Administração	10%	3.428	(1.158)	2.270	2.143	1.830
Total em Serviço		**3.741**	**(1.167)**	**2.574**	**2.164**	**1.994**
Em curso						
Geração		**429.401**	**-**	429.401	**318.871**	**111.456**
Administração		**17.027**	**-**	17.027	**8.541**	**3.295**
Total em curso		**446.428**	**-**	**446.428**	**327.412**	**114.751**
Total imobilizado		**450.169**	**(1.167)**	**449.002**	**329.576**	**116.745**

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE n° 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL n° 015, de 29 de dezembro de 1997, as quais foram revogadas a partir de 26 de junho de 2009, com a publicação da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009, que criou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. As taxas anuais de depreciação vigentes a partir da publicação da Resolução nº 367, estão determinadas na tabela anexa ao MCSPE.

16. Intangível – Consolidado

Os ativos intangíveis compreendem: (i) os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios; (ii) as concessões de uso do bem público das concessionária de geração de energia (Ijui e Foz do Rio Claro), cujos contratos estão sujeitos à aplicação da ICPC 01 (IFRIC12); e (iii) os projetos de UHE´s, PCH, Usinas Eólicas, entre outros, compostos como segue:

a) Composição:

	Taxas anuais de amortização	31/12/2010	31/12/2009 (ajustado)	01/01/2009 (ajustado)
Em serviço				
Custo		**12.316**	**10.100**	**9.869**
Transmissão	10% a 20%	**1.888**	**1.688**	**1.703**
Administração		**10.428**	**8.412**	**8.166**
Ágio na aquisição de ações		8.157	8.157	7.910
Outros		2.271	255	256
(-) Amortização acumulada		**(792)**	**(78)**	**(19)**
Transmissão		(35)	(14)	(9)
Administração		(757)	(64)	(10)
Total em Serviço		**11.524**	**10.022**	**9.850**
Em curso				
Custo		**880.261**	**634.529**	**339.145**
Transmissão		2.074	1.865	1.680
Geração		822.397	600.266	322.712
Administração		452	374	135
Projeto em desenvolvimento		55.338	32.024	14.618
Total do Intangível		**891.785**	**644.551**	**348.995**

b) Concessões de geração de energia

Reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de uso do bem público para geração de energia das controladas Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A., cujos contratos de concessão contemplam as características para aplicação da ICPC 01:

16 Intangível – Consolidado

c) Ágio na aquisição de ações

Os ágios registrados pela Companhia foram originários dos investimentos nos seguintes empreendimentos, ainda em fase pré-operacional, e estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Empreendimentos pré-operacionais			
PCH Queluz	**2.665**	2.665	2.665
PCH Lavrinhas	**5.245**	5.245	5.245
Empreendimentos operacionais	**247**	247	-
	8.157	**8.157**	**7.910**

d) Projetos em desenvolvimento

Para desenvolvimento destes projetos a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específico – SPE´s controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para ao resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração. No exercício de 2010 houve reversões de gastos para o resultado do exercício no montante de R$ 1.616.

Em atendimentos aos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 01 e 04, aprovados pelas Deliberações CVM nº 527/08 e 553/08, respectivamente, os ativos intangíveis com tempo de vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, bem como o ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura são testados anualmente com relação ao valor recuperável.

17. Empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	**31/12/2010**	31/12/2009	01/01/2009
Arrendamento mercantil	**288**	444	490	**288**	444	490
Banco J. Safra - Leasing	**108**	289	481	**108**	289	481
Banco do Brasil - Leasing	**72**	-	9	**72**	-	9
Banco Itaú - Leasing	**108**	155	-	**108**	155	-
Notas promissórias	**-**	-	94.127	**-**	-	94.127
Debêntures públicas	**475.231**	323.041	-	**475.231**	**323.041**	-
1ª Emissão	**76.534**	74.913	-	**76.534**	74.913	-
2ª Emissão	**249.702**	248.128	-	**249.702**	248.128	-
3ª Emissão	**148.995**	-	-	**148.995**	-	-
Financiamento de bens	**23.424**	3.004	-	**1.978.313**	1.852.198	1.569.011
Moeda nacional	**23.424**	3.004	-	**1.908.320**	1.756.392	1.404.101
BNDES	**-**	-	-	**1.485.530**	1.317.700	909.664
Banco do Nordeste do Brasil	**-**	-	-	**250.753**	265.473	282.872
Banco Unibanco	**-**	-	-	**-**	-	59.009
BRDE	**-**	-	-	**19.681**	21.694	22.847
Banco Industrial	**-**	-	-	**857**	1.081	1.302
Banco do Brasil	**-**	3.004	-	**6.365**	6.253	3.893
BDMG	**-**	-	-	**49.434**	53.519	57.584
Banco Itaú BBA	**-**	-	-	**116.819**	106.212	83.026
Banco Santander	**-**	-	-	**13.080**	14.599	16.097
Banco Votorantim	**-**	-	-	**-**	-	31.786
Banco Pine S.A	**-**	-	-	**-**	31.168	-
Conta Garantia	**-**	-	-	**(57.622)**	(61.307)	(63.979)
FINEP	**23.424**	-	-	**23.423**	-	-
Moeda estrangeira	**-**	-	-	**69.993**	95.806	164.910
Banco Itaú BBA	**-**	-	-	**-**	8.722	
Banco Unibanco	**-**	-	-	**-**	-	28.687
Banco Santander	**-**	-	-	**2.513**	2.903	4.421
BNDES	**-**	-	-	**59.650**	74.164	116.559
BDMG (PEM).	**-**	-	-	**7.830**	9.305	14.094
Resultado Operação *Swap*	**-**	-	-	**-**	712	1.149
Total	**498.943**	326.489	94.617	**2.453.832**	2.175.683	1.663.628
(-) Parcelas vincendas em curto prazo	**156.566**	3.438	94.328	**325.635**	202.963	343.936
Parcelas vincendas em longo prazo	**342.377**	323.051	289	**2.128.197**	1.972.720	1.319.692

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das informações trimestrais. Os mesmos são apropriados ao resultado do exercício em despesas financeiras ou no ativo imobilizado no que tange à financiamentos de empresas em fase pré-operacional.

17. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

a) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil mantidos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 15. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

b) Debêntures públicas

1ª *Emissão*

Em reunião do Conselho de Administração da Alupar, foi aprovada em 10 de agosto de 2009 a emissão de Debêntures, conforme abaixo definido, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009.

A emissão foi composta por 15.046 (quinze mil e quarenta e seis) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, dividas entre as 4 (quatro) séries da seguinte forma: (i) 9.046 (nove mil e quarenta e seis) Debêntures na primeira série ("Debêntures da 1ª Série"); (ii) 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) Debêntures na segunda série ("Debêntures da 2ª Série"); (iii) 3.000 (três mil) Debêntures na terceira série ("Debêntures da 3ª Série"); e (iv) 750 (setecentas e cinquenta) Debêntures na quarta série ("Debêntures da 4ª Série" e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, "Debêntures"). O valor nominal unitário das Debêntures de cada uma das séries, nas respectivas datas de emissão, foi de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o valor total da Emissão de R$ 150.460 (cento e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta mil reais).

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado por qualquer índice.

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Debêntures públicas--Continuação

1ª *Emissão*--Continuação

A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva Data de Emissão da Debênture de cada uma das Séries, equivalentes a 118,0% (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será para as Debêntures de cada uma das Séries, a data de sua respectiva subscrição e integralização.

As Debêntures de cada uma das Séries terão as seguintes datas de vencimento finais:

(i) As Debêntures da 1ª Série vencerão em 27 de outubro de 2011;

(ii) As Debêntures da 2ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011;

(iii) As Debêntures da 3ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011; e

(iv) As Debêntures da 4ª Série vencerão em 27 de setembro de 2011.

Os recursos obtidos por meio da emissão foram destinados ao pagamento dos seguintes mútuos celebrados coma Garantidora:

(i) Contrato de abertura de crédito recíproco – Mutuo I, celebrado em 26 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 29 de dezembro de 2008, entre a Garantidora (Guarupart) e a Emissora (Alupar), por meio do qual a emissora contraiu mútuo no valor principal de R$ 47.000 e com prazo de 12 meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática;

(ii) Contrato de abertura de crédito recíproco – Mutuo C0001-09, celebrado em 29 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 2 de março de 2009, entre a Garantidora (Guarupart) e a Emissora (Alupar), por meio do qual a emissora contraiu mútuo no valor principal de R$ 100.000 e com prazo de 12 meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática; e

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Debêntures públicas--Continuação

1ª *Emissão*--Continuação

(iii) Após o pagamento dos mútuos, os recursos remanescentes foram utilizados para financiamento de capital de giro da Emissora.

As Debêntures contaram com a garantia fidejussória da Guarupart Participações Ltda., ("Garantidora"), na modalidade de fiança ("Garantia"). Nos termos do item 4.16.9 da Escritura de Emissão, a fiança vincula a Garantidora, bem como seus sucessores a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, que ocorra com a Garantidora, devendo esta, ou seus sucessores, a qualquer título, assumir prontamente a fiança prestada. Nesta hipótese, a Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados da sociedade sucessora da Garantidora.

As Debêntures não estão sujeitas a repactuação programada.

A liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 2 de setembro de 2009.

As demais características, condições e direitos das Debêntures estão estabelecidos na Escritura de Emissão.

Em 30 de dezembro de 2009, foram liquidados antecipadamente, os saldos devedores vencíveis em curto prazo com recursos oriundos da 2ª emissão de debêntures da Companhia, restando um saldo de R$ 75.000 vencível em 2011.

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Debêntures públicas--Continuação

2ª *Emissão*--Continuação

Em reunião do Conselho de Administração da Alupar, foi aprovada em 09 de novembro de 2009, a 2ª (segunda) emissão, de debêntures, em duas séries, da espécie quirografária, não conversíveis em ações da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID. As Debêntures terão as seguintes características e condições:

Valor total da emissão e data de emissão: o valor total da Emissão será de R$250.000, na Data de Emissão das Debêntures (conforme definido abaixo);

Número de séries: a Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Primeira Série" e "Segunda Série" e, quando referidas em conjunto, "Séries");

Quantidade de títulos: a Emissão será composta de 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures.

Data *de emissão*: para todos os fins e efeitos, a data de Emissão de cada uma das séries será o dia 15 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão");

Valor nominal unitário: o valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, será de R$ 1 (um mil reais);

Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia;

Forma: as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;

Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária;

Destinação dos recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da *integralização* das Debêntures terão a seguinte destinação:

17. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

b) Debêntures públicas--Continuação

2ª *Emissão*--Continuação

- aproximadamente 18,4% dos recursos captados, totalizando aproximadamente R$ 46.000 para o pagamento de dívidas representadas pelos seguintes instrumentos de dívida: (i) Cédula de Crédito Bancário nº 100109090012600 no valor principal de R$ 9.000 com encargos de 135% da Taxa DI e vencimento em 26 de janeiro de 2010 emitida em face do Banco Itaú BBA S.A., (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 100109060016800 no valor principal de R$ 12.200 com encargos de 135% da Taxa DI e vencimento em 28 de dezembro de 2009 emitida em face do Banco Itaú BBA S.A; (iii) Cédula de Crédito Bancário nº 10010908001200 no valor principal de R$ 10.000 com encargos de 135,5% da Taxa DI e vencimento em 23 de novembro de 2009 emitida em face do Banco Itaú BBA S.A; (iv) Cédula de Crédito Bancário nº 10080823 no valor principal de R$ 5.000 com encargos de 100% da Taxa DI, acrescida de 5,500% a.a., correspondente a 0,4472% a.m e vencimento em 1 de julho de 2010 emitida em face do Banco Votorantim S.A; (v) Contrato de Mútuo nº 271020079, com valor principal de R$ 3.800 com encargos de 130% da Taxa DI, garantido por notas promissórias emitidas pela Alupar com aval da Guarupart, firmado com o Banco Santander (Brasil) S.A. e com vencimento em 23 de setembro de 2010, e (vi) Nota de Crédito Comercial no valor principal de R$ 3.000 com encargos de 140% da Taxa DI emitida em face do Banco do Brasil S.A. e com vencimento em 28 de maio de 2010;

- aproximadamente 32% dos recursos captados, totalizando aproximadamente R$ 80.000 para pagamento de parte das Debêntures da Primeira Emissão da Companhia; e

- aproximadamente 49,6% dos recursos captados, totalizando aproximadamente R$124.000 para reforço de capital de giro.

Constituição de Garantia: as *Debêntures* não contarão com garantias;

Colocação e negociação: as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a *negociação* liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP");

17. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

b) Debêntures públicas--Continuação

2ª *Emissão*--Continuação

Preço de subscrição: as Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e, para as Debêntures da Segunda Série, da Atualização da Segunda Série (conforme abaixo definido), calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização;

Prazo e vencimento: as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da *Primeira* Série"), com vencimento final em 15 de dezembro de 2013, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e quando em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, "Data de Vencimento"), com vencimento final em 15 de dezembro de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado. Por ocasião da Data de Vencimento, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, se for o caso, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida;

Amortização: a amortização das Debêntures da Primeira Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2011; a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2012 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2013. A amortização das Debêntures da Segunda Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2012; a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2014;

Atualização monetária: o Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("Atualização da Segunda Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não estarão sujeitos a atualização;

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Debêntures públicas--Continuação

2ª *Emissão*--Continuação

Remuneração: (a) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As *Debêntures* da Primeira Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e (b) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série da presente Emissão farão jus a juros remuneratórios de 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures de Segunda Série, imediatamente após a primeira data de amortização, nos termos da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme disposto na Escritura da Segunda Emissão de Debêntures;

Pagamento da remuneração: o pagamento da Remuneração da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2013, na Data de Vencimento das *Debêntures* da Primeira Série. O pagamento da Remuneração da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2014, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série;

Resgate antecipado: as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado;

17. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

b) Debêntures públicas--Continuação

2ª *Emissão*--Continuação

Vencimento antecipado: existem hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme eventos *detalhados* no Prospecto, resultando na imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados *pro rata temporis,* a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento.

As demais características, condições e direitos das Debêntures estão estabelecidos na Escritura de Emissão.

3ª *Emissão*

Em reunião do Conselho de Administração da Alupar, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Artigo 17, inciso "i", do Estatuto Social da Companhia, a aprovação da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente). As Debêntures terão as seguintes características e condições:

Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo);

Número de Série: a Emissão será realizada em série única;

Quantidade: a Emissão será composta por 500 (quinhentas) Debêntures;

Data de Emissão: para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures é 22 de dezembro de 2010 ("Data de Emissão");

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Debêntures públicas--Continuação

3ª *Emissão*--Continuação

Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$300.000,00 (trezentos mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). O Valor Nominal Unitário não estará sujeito a atualização monetária;

Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia;

Forma: as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;

Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures serão destinados (i) ao resgate antecipado e liquidação integral da totalidade das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora ainda em circulação; e (ii) ao reforço do capital de giro da Companhia.

Colocação e Negociação: as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP

Preço de Subscrição: as Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a efetiva data de integralização das Debêntures

Prazo de Vigência e Data de Vencimento: as Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de dezembro de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item (xxiii) abaixo.

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Debêntures públicas--Continuação

3ª *Emissão*--Continuação

Amortização: a amortização das Debêntures será realizada em 2 (duas) parcelas, sendo (i) 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário devido em 22 de dezembro de 2014; e (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado devido na Data de Vencimento

Remuneração: a partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros correspondentes à acumulação de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis ("Remuneração"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, e, imediatamente após a primeira data de amortização, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, calculados nos termos da Escritura de Emissão

Resgate Antecipado: as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado pela Companhia

Vencimento antecipado: existem hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme eventos *detalhados* no Prospecto, resultando na imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados *pro rata temporis,* a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento.

As demais características, condições e direitos das Debêntures estão estabelecidos na Escritura de Emissão

Classificação de Risco da Emissão: as Debêntures não serão objeto de classificação de risco;

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Financiamento de bens

Os financiamentos de bens correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional

Os financiamentos de bens estão sujeitos a atualização pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) ou pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), conforme o caso, com *spread* de 1,7% a 3,3% ao ano sobre o saldo devedor.

Moeda estrangeira

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

- Companhia Transudeste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão, junto ao BNDES e demais instituições financeiras. Os saldos devedores são atualizados diariamente, a partir da data de liberação dos recursos, pela média ponderada das variações cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES em moedas estrangeiras, a taxas que variam de 4,0% a 4,5% ao ano acima da taxa variável reajustada, calculada com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação dos recursos.

- Companhia Transleste de Transmissão junto ao BDMG, oriundo dos recursos captados BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil (PEM) e repassados pelo BDMG. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID.

17. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

c) Financiamento de bens--Continuação

Moeda estrangeira--Continuação

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos em longo prazo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	**31/12/2010**	31/12/2009
2011	-	**151.074**	-	339.383
2012	**85.000**	**81.870**	**284.243**	271.248
2013	**87.715**	**84.117**	**305.597**	274.648
2014	**83.175**	**5.990**	**300.744**	196.120
2015	**78.153**	-	**279.132**	173.745
2016	**3.461**	-	**112.909**	85.614
Após 2016	**4.873**	-	**845.572**	631.962
Total	**342.377**	323.051	**2.128.197**	1.972.720

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, recebíveis e penhor dos direitos emergentes da concessão e caução das ações ordinárias das empresas de energia.

Alguns dos contratos de financiamento nos exigem manter certos índices financeiros ou cumprir outras obrigações específicas. Qualquer inadimplemento aos termos de nossos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado pelos respectivos credores poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2010, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

18. Contribuições e impostos a recolher

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	**31/12/2010**	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
IRRF	**32**	35	5	**824**	7.019	4.552
IRPJ	**-**	-	8	**22.486**	24.125	12.137
CSLL	**-**	-		**29.038**	30.554	18.394
PIS	**473**	556	221	**1.008**	1.245	675
COFINS	**2.177**	2.559	1.019	**4.943**	5.215	2.848
ICMS	**-**	-		**5.453**	5.664	37
INSS	**1**	1	1	**2.326**	698	1.094
IRPJ/CSLL Diferidos	**-**	-		**32.407**	26.128	21.271
Outros	**65**	115	38	**2.354**	2.306	1.783
	2.748	3.266	1.292	**100.839**	102.954	62.791
Não Circulante						
IRPJ/CSLL Diferidos	**-**	-	-	**154.746**	134.293	118.408
	-	-	-	**154.746**	134.293	118.408
	2.748	3.266	1.292	255.585	237.247	181.199

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas do Grupo Alupar sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual, exceto as controladas, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste Transudeste , Queluz e Lavrinhas que estão sob o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado

19. Benefícios fiscais

a) Redução do imposto de renda

Algumas de nossas controladas e controladas em conjunto são titulares de benefícios fiscais federais que garantem a redução de imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com fundamento na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, do Governo Federal, as empresas ETEP, EATE, ERTE, ENTE, e STN são titulares de benefícios fiscais federais que garantem redução de 75% do imposto de renda, inclusive adicional, sobre o lucro da exploração de empreendimentos instalados na região da SUDAM e da SUDENE, pelo prazo de 10 anos. A fruição do benefício fiscal dá-se a partir do ano-calendário subseqüente à entrada em operação do projeto, segundo laudo expedido pela SUDAM e SUDENE. Até o presente momento a ETES não está usufruindo do benefício da redução do imposto de renda por estar no aguardo a homologação do processo pela Receita Federal e, diversamente das demais transmissoras da Alupar, a ERTE não está usufruindo da redução de imposto de renda por ter optado pelo lucro presumido.

Nos exercícios de 2010 e 2009, estes benefícios geraram as seguintes reduções do imposto de renda em nossas controladas:

Controladas	31/12/2010	31/12/2009
STN	9.832	8.154
EATE	32.118	25.377
ENTE	14.674	13.171
ETEP	6.846	6.432
	63.470	53.134

20. Provisão para gastos ambientais

Como parte do processo de licenciamento, as companhias controladas e controladas em conjunto são obrigadas a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades (geração e transmissão de energia elétrica). Para tanto, o IBAMA determina o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O valor do investimento em compensação ambiental deve ser equivalente a pelo menos 0,5% do valor total dos investimentos em um empreendimento, assim, em 31 de dezembro de 2010 está provisionado o montante de R$ 25.339 (em 31 de dezembro de 2009 este valor era de R$ 9.843).

21. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado."

b) Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R$ 804.001, está representado por 163.910.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

Acionista	Capital Integralizado	Participação %
Guarupart Participações Ltda.	134.666.992	82,16
FI-FGTS	29.242.996	17,84
Membros do Conselho de Administração	12	-
	163.910.000	100,00

21. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reservas de lucros--Continuação

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social.

Reservas de lucros

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembléia, para sua destinação.

d) Dividendos propostos

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

O montante do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos da Lei.

Segue abaixo a demonstração da distribuição do lucro do exercício proposto pela administração para aprovação dos acionistas:

	2010	**2009** (ajustado)
Lucro líquido do exercício	201.143	147.420
(-) ajustes da adoção do IFRS	-	(24.889)
Base de cálculo da reserva legal	201.143	122.531
Constituição de reserva legal - 5%	**(10.057)**	(6.127)
Base para provisão dos dividendos a pagar	191.086	116.404
Provisão de dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(47.771)	(29.102)
	143.315	87.302
(+) ajustes da adoção do IFRS	-	24.889
Saldo transferido para reserva de lucros a realizar	**143.315**	112.191

21. Patrimônio líquido--Continuação

e) Lucro por ação

	2010	2009
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	**201.143**	147.419
Lucro disponível aos acionistas ordinários	201.143	147.419
Denominador (em milhões de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	163.910	163.910
Resultado Básico e diluído por ações		
Ação ordinária	1,2271	0,8993

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	**31/12/2010**	31/12/2009
Despesas financeiras				
Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	**(42.335)**	(16.681)	**(164.994)**	(121.002)
Variações Cambiais	**(22)**	(89)	**(637)**	10.043
Outras	**(1.296)**	(2.664)	**(23.094)**	(35.409)
	(43.653)	(19.434)	**(188.725)**	(146.368)
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	**38.078**	8.529	**53.953**	22.207
Outras	**750**	584	**1.544**	2.788
	38.828	9.113	**55.497**	24.995
Resultado financeiro líquido	**(4.825)**	(10.321)	**(133.228)**	(121.373)

23. Provisões e contingências

A situação de processos e contingências envolvendo a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2010 está descrita a seguir:

Natureza	Contingências			
	Quantidade de ações	Valor da Causa	Provisão para Contingência	Depósito Judicial
Processos judiciais				
Fiscal	**80**	15.624	673	2.217
Cível (engloba também ação civil pública e inquérito civil)	**49**	7.577	13	3.372
Fundiário	**401**	14.290	2.037	2.937
Trabalhista	**65**	8.018	184	75
Penal	**3**	-	-	-
Processos arbitrais	**1**	25.000	-	-
Processos administrativos				
Regulatório (Aneel)	**20**	-	-	-
Fiscal (engloba autos de infração e manifestações administrativas)	**115**	54.078	-	-
Ambiental	**1**	-	-	-
	735	**124.586**	**2.907**	**8.601**
Circulante			1.452	417
Não Circulante			1.455	8.184

Atualmente, a Companhia é parte de somente 09 (nove) processos judiciais. A Companhia não é parte em nenhum processo administrativo.

Conforme consta do Termo de Arbitragem, a controvérsia decorre da divergência entre as partes no que diz respeito ao cumprimento do Contrato de Empreitada, firmado em 02/10/2007, entre a Ijuí Energia S.A. e a CONPASUL – Construção e Serviços Ltda., que teve por objeto "a execução, no regime de empreitada total, a PREÇO global e prazo determinado, das OBRAS CIVIS necessárias à plena e satisfatória implantação da UHE São José, localizada no Rio Ijuí, município de Salvador das Missões (margem direita) e Rolador (margem esquerda) no Estado do Rio Grande do Sul, incluindo as obras de desvio do rio, as obras da barragem, as obras civis do sistema de geração, as obras civis do vertedouro, as obras civis de interconexão com a subestação, isto é, entre casa de força e subestação da UHE, as obras civis da subestação, incluindo o fornecimento de equipamentos de construção e fornecimentos dos materiais dentre eles o estabelecido na cláusula 25ª. e tudo mais necessário para a perfeita conclusão de todos os serviços de obras civis e serviços estabelecidos no ANEXO I - PROJETO BÁSICO e no ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS OBRAS CIVIS".

23. Provisões e contingências--Continuação

Nossas controladas são partes em processos administrativos e judiciais envolvendo tributos, obrigações trabalhistas, questões fundiárias, responsabilidade civil e ainda em processos administrativos referentes a obrigações fiscais e outros encargos impostos por agências governamentais, inclusive a ANEEL. Existe ainda um procedimento arbitral em andamento.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos em que nossas Controladas figuram como parte, de acordo com sua natureza:

Processos de natureza fiscal

Nossas Controladas figuram como parte em 195 (cento e noventa e cinco) processos judiciais e administrativos que versam sobre matéria fiscal.

Dentre os processos que versam sobre matéria tributária, nossas Controladas acreditam que merecem destaque os seguintes casos:

Nossa controlada ENTE foi autuada pelas Secretarias da Fazenda dos Estados do Pará e do Maranhão, ambos em razão de suposto não recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS, devido nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, no período de março de 2004 a junho de 2005, no Pará, e de março de 2004 a dezembro de 2004, no Maranhão. As defesas administrativas apresentadas nos casos já foram julgadas parcialmente favoráveis à nossa controlada sendo que, no Maranhão, foi interposto recurso voluntário, o qual está pendente de julgamento; no Pará também foi interposto recurso voluntário, o qual foi julgado improvido, tendo sido interposto contra essa decisão recurso de revisão, que foi indeferido liminarmente. Atualmente aguarda-se inscrição deste débito em Dívida Ativa.

23. Provisões e contingências--Continuação

Processos de natureza cível

Atualmente, há 49 (quarenta e nove) ações desse tipo em andamento e, segundo os advogados externos da Companhia há possibilidade de êxito possível e provável em quase a totalidade das ações.

Dentre os processos que versam sobre matéria cível, nossas Controladas acreditam que merecem destaque o Interdito proibitório movido pela Conpasul em face da nossa controlada Ijuí, em trâmite perante a comarca de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul, estando pendente de julgamento. De acordo com os advogados responsáveis pela causa a expectativa de perda é possível.

Ações civis públicas

A primeira delas é movida Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Alupar, da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) do Amapá e do Secretário do Estado do meio ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais. Foi proferido o despacho determinando a notificação da ANEEL para que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ofereça um pronunciamento em face do pedido de medida liminar formulado pelos autores,

tendo a Aneel requerido o indeferimento do pedido de medida liminar. O Município de Cutias requereu o seu ingresso na presente demanda, na qualidade de litisconsorte ativo e concordou com a pretensão formulada pelos autores. Foi admitido o ingresso aos autos do Município de Cutias, na qualidade de litisconsorte ativo. A Alupar já apresentou contestação e atualmente aguarda-se a apresentação da contestação pelos co-réus e a realização da audiência de conciliação designada para o dia 18.02.2011.

23. Provisões e contingências--Continuação

Ações civis públicas--Continuação

A segunda delas é movida pelo Ministério Público Federal e tramita perante a Comarca de Fortaleza, no estado do Ceará. A referida ação discute supostos atos de improbidade administrativa, envolvendo financiamentos obtidos perante o Banco do Nordeste do Brasil S.A. Foram apresentadas as contestações dos réus (STN e outros). Por meio de decisão liminar, o juízo autorizou a quebra do sigilo bancário e telefônico dos réus, determinando, ainda, o depósito em juízo, pela STN, de R$ 6.000.000,00 (seis milhões). Contra tal decisão foi interposto recurso cabível, parcialmente provido, para diminuir o valor a ser depositado para R$ 3.000.000,00 (três milhões). A questão teve de ser discutida em sede de Recurso Especial proposto pela STN, a qual já efetuou o depósito do valor. Destaca-se, ainda, que embora a decisão liminar tenha previsto que se não fosse feito o depósito do valor determinado seria decretada a indisponibilidade dos bens dos réus, ante o depósito efetuado, não houve qualquer repercussão para a STN e nem para os demais réus. Foi realizada a perícia contábil e atualmente os autos encontram-se conclusos para prolação de decisão.

Processos de natureza fundiária

Nossas Controladas figuram como parte em 401 (quatrocentos e um) processos que versam sobre matéria fundiária. De uma maneira geral, os processos de natureza fundiária envolvem discussões acerca de pedidos de constituição de servidão administrativa e desapropriações.

Processos de natureza trabalhista

Nossas Controladas figuram como parte em cerca de 65 (sessenta e cinco) processos judiciais trabalhistas. De uma maneira geral, o objeto destes processos refere-se ao pagamento de horas extras. Os montantes relativos a créditos classificados com chances de perda provável estão devidamente provisionados no balanço da empresa.

Processos de natureza ambiental

Nossas Controladas não figuram como parte nenhum processo judicial e apenas 01 (um) processo administrativo perante o Ministério Público que versa sobre matéria ambiental. O processo administrativo ambiental, que envolve os danos ambientais decorrentes do desvio de uma linha de transmissão instalada pela Companhia no Estado do Rio Grande do Sul e por danos ambientais causados pela construção de linha de transmissão da ECTE, se encontra em fase de encerramento uma vez que as partes envolvidas assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”), o qual está pendente de homologação.

24. Instrumentos financeiros

Devido à natureza dos processos ambientais e do valor da causa não necessariamente possuir relação com os pedidos, não temos como atribuir-lhes valor a título de contingência.

Processos na esfera administrativa de natureza regulatória

Somos partes de 20 (vinte) processos sobre matéria regulatória (Aneel).

Ressalta-se que podemos recorrer ao Poder Judiciário caso a decisão administrativa seja desfavorável.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é aprovado pelo Conselho de Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mútuos, adiantamento para futuro aumento de capital, impostos a recuperar, investimentos e empréstimos e

financiamentos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2010, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis, considerando os critérios de mensuração de cada um.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

24. Instrumentos financeiros--Continuação

Processos na esfera administrativa de natureza regulatória--Continuação

De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 e Instrução CVM n°475 de 17 de dezembro de 2008, estamos divulgando informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em nosso balanço patrimonial e também a análise da sensibilidade de risco dos referidos instrumentos financeiros.
As informações requeridas aplicáveis à Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão a seguir apresentadas:

a) *Política de utilização de instrumentos financeiros*

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. Todos os contratos de derivativos são com operações de Contratos a Termo de Moeda sem Liquidação Física (NDF), todas registradas na CETIP. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

b) *Administração financeira de risco*

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

24. Instrumentos financeiros--Continuação

Processos na esfera administrativa de natureza regulatória--Continuação

b) *Administração financeira de risco*--Continuação

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem os seguintes riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros:

Risco de mercado

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Risco de taxas de câmbio

Os resultados da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são suscetíveis a variações cambiais significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados em moeda estrangeira.

A construção de nossos empreendimentos podem ser afetados pela variação dos contratos de compra de materiais e equipamentos cujos preços são vinculados à moedas estrangeiras.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras.

A contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos de *Swap* ou C*ontrato a Termo de Moedas sem Liquidação Física (NDF)*, tem por objetivo minimizar riscos em operações de empréstimos e financiamentos ou compra de materiais e equipamentos, cujos contratos possam sofre as variações de moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

24. **Instrumentos financeiros**--Continuação

Processos na esfera administrativa de natureza regulatória--Continuação

b) *Administração financeira de risco*--Continuação

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. Em 31 de dezembro de 2010 somente a controlada Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso possuía Contratos a Termo de Moedas sem Liquidação Física (NDF).

A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

24. Instrumentos financeiros--Continuação

Processos na esfera administrativa de natureza regulatória--Continuação

c) *Saldos de ativos e passivos consolidados relativos a operações com derivativos*

Descrição	Risco de câmbio		Total
	Hedge	Outros	
Passivo			
Contrato a Termo de Moedas (NDF)	570	-	570

d) *Valores estimados de mercado*

Os valores justos foram estimados na data das demonstrações contábeis baseados em "informações relevantes de mercado". Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. Os métodos e premissas adotados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos em 30 de setembro estão descritos abaixo:
Contrato a Termo de Moeda sem Liquidação Física (NDF): de variação cambial. Estimados com base na cotação do dólar norte-americano divulgado pelo Banco Central do Brasil. Estes contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não tem por objetivo liquidar estes contratos antes de seu vencimento.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados dos derivativos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2010. Nesses mesmos períodos os valores nominais em aberto expostos à variação da moeda norte-americana, bem como os respectivos valores justos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Valor de referência (nocional)	Valor justo	Efeito acumulado	
	31/12/2010	31/12/2010	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos a "Termo de Moedas"				
Posição passiva	**4.754**	**4.184**	-	570

Moeda estrangeira: US$
Cotação em 31.12.2010: 1,6834

Os valores a pagar líquidos dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados têm vencimentos em até 151 dias.

24. Instrumentos financeiros--Continuação

Processos na esfera administrativa de natureza regulatória--Continuação

e) *Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Efeito na variação do valor justo*

Esse risco decorre da possibilidade de perdas pela redução nas taxas de câmbio que aumentem os saldos de passivos dos contratos de Empréstimos e Financiamentos e Contratos de compra de materiais e equipamentos vinculados à moeda estrangeira pactuada junto a Instituições Financeiras. As controladas que possuem contratos de compra de materiais ou equipamentos vinculados à moeda estrangeira, possuem *hedge* de preço de moeda estrangeira correspondentes a 100% de seus endividamentos em 31 de dezembro de 2010. As demais controladas que possuem financiamentos de longo prazo vinculados a linhas de créditos em moeda estrangeira (cesta de moedas do BNDES), não possuem *hedge* para estas parcelas de financiamentos, face a representatividade do saldo em moeda estrangeira ser inferior a 20% do total de seus endividamentos.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco da variação cambial

Passivos financeiros	**Risco**	**Cenário provável (I)**	**Cenário II**	**Cenário III**
Empréstimos e financiamentos	USD Cesta de moedas	10.102	41.675	73.248
Referência para passivos financeiros	**Apreciação da taxa em**			
Cesta de moedas (composta basicamente da variação do USD)		1,84	2,30	2,76

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco de elevação dos encargos financeiros

Consideramos que os saldos de nossos ativos financeiros (aplicações financeiras) não apresentam oscilações que afetem significativamente nossos resultados financeiros. Apresentamos abaixo análise de sensibilidade do risco de elevação dos encargos financeiros sobre nossos passivos financeiros (empréstimos e financiamentos), demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

24. Instrumentos financeiros--Continuação

Processos na esfera administrativa de natureza regulatória--Continuação

e) *Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Efeito na variação do valor justo*--Continuação

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
	TJLP	92.967	116.246	139.495
	IGP-M	11.977	14.971	17.965
	IPCA	235	294	353
Empréstimos e financiamentos	CDI	35.038	43.798	52.577
	Apreciação da			
Referência para passivos financeiros	**taxa em:**			
TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
IGP-M		11,32%	14,15%	16,98%
IPCA		5,91%	7,39%	8,87%
CDI		9,75%	12,19%	14,63%

25. Seguros

As Companhias e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2010,estão assim distribuídos:

Natureza do risco	Cobertura	Prêmio
Risco nomeado (incêndios, inundações, queda de raio, explosão, etc.)	46.405	268
Garantia/Concessões Publicas / EC (BNDES)	2.000.941	9.557
Risco de Engenharia	1.040.754	5.308
Garantia (carta-fiança)	4.946	-
Garantia (obrigações privadas)	50.851	376
Garantia (valor adiantado)	23.302	127
Compreensivo empresarial	3.271	31
Responsabilidade Civil	121.200	1.991
Responsabilidade Civil – Administradores	11.800	38
Total	**3.303.470**	**17.696**

26. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

27. Compromissos

Acordo de acionistas

Conforme Acordo de Acionistas, datado de 23 de julho de 2001, a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e a Empresa Paraense de Transmissão

de Energia S.A. se comprometiam a recomprar a totalidade das 88.000.000 e 18.000.000 ações preferenciais, respectivamente, de seu acionista Centrais Elétrica Brasileiras S.A. - Eletrobrás no prazo máximo de 10 anos após o 24° mês do início da operação comercial da linha de transmissão.

Atráves dos Intrumentos Particulares de Cessão de Direitos e Obrigações entre a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., e Guarupart Participações Ltda, incorporadora e sucessora da Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, datados de 10 de abril de 2002 e 5 de dezembro de 2001, respectivamente, passou a obrigação de recompra das referidas ações para os acionistas.

A partir de 26 de setembro de 2007, o compromisso de recompra das ações da Eletrobrás, passou a ser da Alupar Investimento S.A., uma vez que a Guarupart Participações Ltda transferiu suas participações acionárias na Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e na Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. para a Alupar Investimento S.A., mediante aumento de capital conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Até 31 de dezembro de 2010, já foram recompradas pela Companhia, 224.979.243 ações da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. no montante de de R$ 33.110 e a totalidade das ações da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. correspondente a 9.001.846 ações no montante de R$ 8.453.

Essas transações são reconhecidas nas demonstrações contábeis a medida que são efetivadas.

27. **Compromissos**--Continuação

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

A Alupar e a Guarupart Participações Ltda firmaram, em 28 de dezembro de 2007, um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas que se baseia nos seguintes aspectos:

- A Guarupart Participações Ltda (vendedora) é detentora de 6.324.000 ações ordinárias integralizadas, representando 51,0% do capital social da Transchile Charrua Transmisión S.A., sociedade válida e existente de acordo com as leis da República do Chile;

- A vendedora ainda fará novos aportes na Transchile até que a linha de transmissão entre em operação e, por sua vez, integralizará novas ações, que englobarão e farão parte do referido contrato de compra e venda;

- A vendedora deseja vender as ações para a Alupar (compradora), tão logo a Transchile entre em operação comercial, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato;
- A transferência de ações está condicionada à aprovação do agente regulador da Transchile, qual seja, a Superintendência de Eletricidad y Combustibles (SEC) bem como de qualquer outro órgão com a competência na matéria e dos agentes financiadores do empreendimento; e

- O preço de compra das ações detidas pela vendedora, a ser pago pela Alupar, será o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A.

Em 5 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e Instrumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêem o ingresso do FI-FGTS como acionista das empresas Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da Ijuí Energia S.A. e da Foz do Rio Claro Energia S.A., em 09 de dezembro de 2008 e 23 de janeiro de 2009, respectivamente.

27. **Compromissos**--Continuação

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

Em 2 de outubro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e Instrumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêem o ingresso do FI-FGTS como acionista nas empresas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da empresas em 16 de dezembro de 2008.

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 meses juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.

27. **Compromissos**--Continuação

Conselho de Administração
Paulo Roberto de Godoy Pereira
José Luiz de Godoy Pereira
Guilherme Martins de Godoy Pereira
Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires
José Lázaro Alves Rodrigues
Fernando Xavier Ferreira
Alexandre Gonçalves da Silva
Roberto Carlos Madoglio
Bolivar Tarragó Moura Neto
Flávio Eduardo Arakaki
César Luiz de Godoy Pereira – Suplente
Cassio Viana de Jesus – Suplente

Diretoria
Paulo Roberto de Godoy Pereira
José Luiz de Godoy Pereira
Eniop Luigi Nucci

Contadora
Silvana Conceição Oliveira dos Santos
CRC-PE-1-13.628–'S'–SP

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Presidente e os Diretores da **ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855, Bloco I, 9º andar, Sala A, CEP 04548-005, Vila Olímpia, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.364.948/0001-38, declaram que:

a) Reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco, relativamente às demonstrações contábeis da Alupar Investimento S.A., do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010;
b) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Alupar Investimento S.A., do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 29 de março de 2011.

Paulo Roberto de Godoy Pererira

(Diretor Presidente)

José Luiz de Godoy Pereira

(Diretor Vice-Presidente; Diretor Administrativo financeiro e Diretor de Relações com Investidores)

Emio Luigi Nucci

(Diretor Comercial e Diretor Técnico)